



# Anais da Assembléia

Nº 094

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA ATA DA 71.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Costenaro Neto, Duílio Genari, Geraldo Cartário, José Alves, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra e Nilton César (09). Achando-se em licença o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

#### MENSAGEM Nº 55/91

Curitiba, 06 de agosto de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva transformar a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em autarquia, dotada, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, de personalidade jurídica de direito público, autonomias de gestão administrativa, financeira e patrimonial, tendo vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDU.

O Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa Augusta Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da comunidade paranaense, mormente da população residente na "Grande Curitiba", eis que, com a transformação do atual órgão de regime especial Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em entidade autárquica, serão ensejadas condições no sentido de que a organização, o planejamento e a execução de funções públicas da área metropolitana em referência, façam-se com a efetiva participação dos Municípios que a integram assim como da sociedade civil organizada, conforme, aliás, dispõe o art. 21, da Constituição Estadual.

Atualmente a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, por constituir-se órgão de regime especial, conta com autonomia relativa, na forma do inciso III, do art. 6º da Lei nº 8.485/77, e para que possa melhor desempenhar suas atribuições, com vistas ao real cumprimento de suas finalidades e que, assim, venha atender aos legítimos anseios da população de sua área de abrangência, é conveniente e oportuno que tal autonomia tenha contornos daquela própria da natureza autárquica.

Vale ressaltar que a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, será, como autarquia, administrada por um Conselho de Administração, pela Diretoria-Geral, Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa-Financeira. O Conselho de Administração, constituído de nove membros nomeados pelo Governador do Estado, terá atribuições e demais normas de funcionamento estabelecidas no regulamento da Entidade e os Diretores serão providos em cargos em comissão, dentre pessoas de reconhecidos conhecimentos técnicos e capacidade administrativa, cujas atribuições serão, também definidas no mencionado regulamento.

Por outro lado, merece destacar o fato de o Plano de Lei anexo conter dispositivo expresso definindo o patrimônio, receita, regime jurídico de servidores, dotações orçamentárias, além de normas para presta-

ção de contas ao Tribunal de Contas do estado e de que a nova autarquia sucederá a atual COMEC, nos acordos, convênios, ajustes e contratos vigentes até a data em que a presente proposição vier a transformar-se em lei.

Convém, ainda, esclarecer que as atividades da autarquia COMEC abrangerão os mesmo Municípios que hoje são atendidos pelo órgão de regime especial em transformação, ou sejam, Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova, havendo previsão de que outros novos municípios que vierem a ser criados em áreas deles desmembradas, ficarão integrados a tal esfera de ação, beneficiando-se, da mesma forma, dos trabalhos desenvolvidos pela autarquia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, criada pela Lei Estadual nº 6.517, de 02 de janeiro de 1974 e constituída em órgão de regime especial pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, fica transformada em autarquia, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Parágrafo Único - A autarquia, de que trata este artigo, terá sede e foro na cidade de Curitiba, jurisdição no território compreendido pela Região Metropolitana de Curitiba, constituída pelos Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova, assim como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas.

Art. 2º - A COMEC tem como finalidade a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional, conforme estabelece o art. 21 da Constituição Estadual.

Art. 3º - A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba tem por atribuições:

Curitiba, segunda, em 12.08.91

I - a formulação de diretrizes da política de desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba;

II - a promoção do planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba;

III - a promoção, a coordenação e a elaboração de pesquisas, estudos, projetos e programas, harmonizando-os com as diretrizes do planejamento regional;

IV - a coordenação das funções públicas de interesse comum no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba;

V - a articulação com órgão da União, objetivando a compatibilização dos programas de interesse da Região Metropolitana de Curitiba;

VI - a proposição, aos órgãos competentes, da expedição de medidas legislativas e administrativas;

VII - o estabelecimento de diretrizes e normas para os planos municipais de desenvolvimento, visando a sua adequação ao planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba;

VIII - a cooperação técnica com os municípios da Região Metropolitana de Curitiba na elaboração de planos, estudos e projetos voltados ao desenvolvimento urbano e outros vinculados aos seus objetivos;

IX - a proposição de desapropriações e o estabelecimento de limites para servidões administrativas necessárias a suas atividades e finalidades;

X - a emissão de parecer sobre concessão, permissão e autorização de serviços decorrentes das funções públicas de interesse comum no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba;

XI - a análise e a emissão de pareceres nos processos de alteração do perímetro urbano e do zoneamento do uso e ocupação do solo nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba;

XII - a realização de audiência prévia nas propostas de alteração de uso do solo rural para fins urbanos nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, de acordo com o contido no art. 53 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;

XIII - a concessão de anuência prévia para aprovação de loteamentos ou desmembramentos localizados em áreas de municípios integrantes da região Metropolitana de Curitiba;

XIV - a análise de projetos e o estabelecimento de requisitos necessários para implantação de obras públicas, a serem executadas nas áreas declaradas pelo Estado como de interesse e proteção especial, acompanhando a sua execução;

XV - a obtenção e o fornecimento de recursos técnicos e financeiros para a consecução de seus objetivos;

XVI - a manifestação quanto a empreen-

dimentos que venham a causar impactos metropolitanos, dentre outros, a interferência no sistema viário regional e, sobre a indução de pressões para alteração do uso do solo marginal ao empreendimento;

XVII - a elaboração de estudos de criação e a implementação de mecanismos de compensação financeira para os municípios que sofrerem diminuição ou perda de receita, decorrentes do planejamento metropolitano;

XVIII - a promoção, mediante convênio e através dos órgãos competentes, da execução supletiva das atividades locais que, em razão do planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba, ultrapassarem a capacidade executiva dos municípios;

XIX - a celebração de convênios, a constituição de consórcios e a delegação de atribuições de sua competência a órgãos regionais, setoriais e locais;

XX - as providências para transferência ou alienação de bens desapropriados para fins de renovação urbana;

XXI - a proposição de alterações na área territorial da Região Metropolitana de Curitiba;

XXII - a emissão de parecer sobre a criação de empresas de âmbito metropolitano;

XXIII - a execução de outras atividades correlatas.

Art. 4º - A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba será administrada por;

- I - Conselho de Administração;
- II - Diretor-Geral;
- III - Diretor Técnico;
- IV - Diretor Administrativo-Financeiro.

§ 1º - O Conselho de Administração será constituído de 9 (nove) membros, a serem nomeados pelo Governador do Estado, por proposta do Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, para um mandato a coincidir com o período de Governo.

§ 2º - A composição, as atribuições e demais normas de funcionamento do Conselho de Administração serão estabelecidas no Regulamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

§ 3º - Os Diretores serão nomeados pelo Governador do Estado dentre pessoas de reconhecidos conhecimentos técnicos e capacidade administrativa e terão suas atribuições definidas no Regulamento da Entidade.

Art. 5º - Constituirão receitas da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba;

- I. - dotações que lhe forem consignadas

no orçamento do Estado;

II - dotações oriundas de créditos especiais ou adicionais;

III - empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições, doações e legados;

IV - resultado de aplicações financeiras, na forma da legislação pertinente;

V - produto da venda de material inservível e da alienação de bens móveis desnecessários ou obsoletos de seu patrimônio, atendida a legislação vigente;

VI - receitas de qualquer natureza proveniente do exercício de suas atividades;

VII - outras rendas eventuais;

Parágrafo Único - A receita decorrente do presente artigo será depositada no Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 6º - São extensivos à COMEC os privilégios processuais da Fazenda Pública.

Art. 7º - O patrimônio da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba será constituído dos bens que lhe forem destinados e dos que venha a adquirir.

Art. 8º - A entidade autárquica a que se refere esta Lei prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação vigente.

Art. 9º - O corpo funcional da COMEC será formado por servidores do órgão de regime especial nela transformado, conforme o art. 1º desta Lei, e será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, até ulterior regulamentação, e a sua gestão deverá seguir as normas do Plano de Classificação de Cargos e Salários da administração direta e autárquica do Poder Executivo Estadual.

Art. 10 - Ficam criados na Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I - um cargo de Coordenador-Geral, símbolo DAS-1;
- II - um cargo de Diretor Técnico, símbolo DAS-3;
- III - um cargo de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-3;

Art. 11 - Os saldos das dotações orçamentárias do órgão de regime especial de que trata o art. 1º, ficam transferidos à entidade autárquica em que é transformado.

Art. 12 - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da vigente Lei de Meios.

Art. 13 - Os acordos, convênios, ajustes e contratos firmados pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e em vigência na data da presente Lei, serão assumidos pela autarquia que ora se constitui.

Art. 14 - O regulamento e a estrutura básica da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, serão estabelecidos através de decreto do Chefe do Poder Executivo, atendidas as disposições da Lei n. 8.485/77.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 56/91

Curitiba, 06 de agosto de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Indianópolis, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, na sede daquele Município, constituído pelo lote n. 06, da quadra n. 01, com área de 523.00 m2 (quinhentos e vinte e três metros quadrados) e frente para a Avenida Chavantes, contendo edificação com 165,35 m2, matriculado sob n. 5.768, no Cartório de Registro de Imóveis do 1° Ofício da Comarca de Cianorte.

O Plano de Lei ora submetido a essa augusta Casa consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que o imóvel cuja cessão de uso se pretende efetivar será, conforme esclarecimentos do Senhor Prefeito de Indianópolis, exclusivamente utilizado na instalação de órgãos da administração municipal.

O anteprojeto de lei em causa contém dispositivos expressos no sentido de que tal cessão vigorará até 1° de janeiro de 1995, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes e que tornar-se-á automaticamente cancelada, caso o referido imóvel seja utilizado para finalidades diversas daquelas previstas ou transferido a terceiros.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Por força do art. 10 da

Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Indianópolis, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede daquele Município, constituído pelo lote n. 06, da quadra n. 01, com área de 523,00 m2 (quinhentos e vinte e três metros quadrados), frente para a Avenida Chavantes, contendo edificação com 165,35 m2 e matriculado sob n. 5.768, no Cartório de Registro de Imóveis do 1° Ofício da Comarca de Cianorte.

Art. 2° - O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado exclusivamente para instalação de órgãos da Prefeitura Municipal de Indianópolis, vigorando, tal Cessão de Uso, até 1° de janeiro de 1995, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo ser o mesmo utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de cessão tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 57/91

Curitiba, 06 de agosto de 1991

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Sertaneja, os imóveis de propriedade do Estado constituídos pelos lotes n. 9-A e 10-A, ambos da quadra n. 02, com áreas, respectivamente, de 150.00 m2 (cento e cinquenta metros quadrados) e 374,00 m2 (trezentos e setenta e quatro metros quadrados), situados no perímetro urbano da sede do referido Município e havidos pelo Estado do Paraná conforme matrículas ns. 4.353 e 4.354, do Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício da Comarca de Cornélio Procopio.

Os lotes de terreno cuja autorização para doação constitui objeto da proposta ora submetida a essa Assembléia Legislativa ingressaram no patrimônio do Estado, por força de doação feita pelo próprio Município de Sertaneja, para o fim específico de que neles fosse construído prédio para a Agência estadual de Rendas.

A Secretaria de Estado da Administração e a Secretaria de Estado da Fazenda, tendo sido ouvida sobre a possibilidade da reversão dos citados imóveis ao patrimônio do Município de Sertaneja, opinaram favoravelmente, tendo a SEFA esclarecido que, pela desativação da agência local de rendas, não mais houve interesse na utiliza-

ção do questionado imóvel. Verifica-se, portanto, que a medida em causa consulta aos superiores interesses da Administração.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Sertaneja, os imóveis de sua propriedade constituídos pelos lotes ns. 9-A e 10-A, ambos da quadra nº 02, com áreas, respectivamente, de 150,00 m2 (cento e cinquenta metros quadrados) e 374,00 m2 (trezentos e setenta e quatro metros quadrados), situados no perímetro urbano da sede do referido Município, objetos das matrículas ns. 4.353 e 4.354, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Cornélio Procopio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 58/91

Curitiba, 06 de agosto de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Campo Mourão, os imóveis de propriedade do Estado, constituídos pelos lotes de terrenos urbanos sob ns. 1, 2-A, 2 e 1-A-2, todos da quadra n. 23, com área total de 1.488,75 m2. com as benfeitorias neles existentes, situados no perímetro urbano da sede do referido Município e havidos pelo Estado do Paraná conforme Transcrições ns. 25.688, 26.340 e 30.847 (com aos lotes 2 e 1-A-2), todas do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Os imóveis cuja autorização para doação é objetivada através do Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa integram o patrimônio do Estado do Paraná, por doação feita pelo próprio Município de Campo Mourão, através das Transcrições Imobiliárias antes mencionadas, a fim de que neles fossem construídos prédios destinados à Delegacia Regional de Polícia e ao Fórum da Comarca.

Tendo em vista a construção em terrenos também doados pelo Município de Campo Mourão, de novos prédios onde atualmente estão instalados o Fórum, assim como as

repartições policiais locais, e considerando manifestações da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado e das Secretarias de Estado da Segurança Pública e da Administração, todas favoráveis a que os imóveis desocupados retornem ao patrimônio municipal, atendendo-se, assim, reivindicações do Senhor Prefeito e, portanto, constatando-se que o Projeto de Lei em causa é oportuno e consulta aos superiores interesses do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Mourão, os imóveis de sua propriedade constituídos pelos lotes de terrenos urbanos sob ns. 1, 2-A, 2 e 1-A-2, todos da quadra n. 23, perfazendo uma área total de 1.488,75 m2, com benfeitorias, situados no perímetro urbano da sede do referido Município, objeto das Transcrições ns. 25.688, 26.340 e 30.847 (comum aos lotes 2 e 1-A-2), todas do Cartório de registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 59/91

Curitiba, 06 de agosto de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Palmeira, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede do referido Município, à Rua Coronel Pedro Ferreira Maciel, nº 223, contendo edificações que totalizam aproximadamente 308,00 m², objeto da Transcrição nº 3.292, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

O Plano de lei ora submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses públicos, tendo-se em conta que o imóvel em questão será destinado, exclusivamente, ao desenvolvimento de atividades nas áreas de educação e cultura do Município de Palmeira, visando sempre a conservação do prédio, antigo Grupo Escolar "Jesuino Marcondes", e a preservação da memória da po-

pulação palmeirense.

Ademais, convém ressaltar que o anteprojeto de lei em causa contém dispositivos expressos no sentido de que tal Cessão de Uso vigorará até 1º de janeiro de 1995, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes e que tornar-se-á automaticamente sem efeito, caso o referido imóvel seja utilizado para finalidades diversas daquelas previstas ou transferido a terceiros. Prevê, ainda, que o cessionário fica responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias, sem direito a futuro ressarcimento.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Palmeira, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado naquela Cidade, à Rua Coronel Pedro Ferreira Maciel, nº 223, contendo edificações que totalizam aproximadamente 308,00 m<sup>2</sup>, objeto da transcrição nº 3.292, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei, será destinado, exclusivamente, ao desenvolvimento de atividades nas áreas de educação e cultura do Município de Palmeira, visando sempre a conservação do prédio, antigo Grupo Escolar "Jesuino Marcondes" e a preservação da memória da população palmeirense, vigorando, tal Cessão de Uso, até 1º de janeiro de 1995, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo ser o mesmo utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena da cessão torna-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, o cessionário responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do Termo, sem direito a futuro ressarcimento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 60/91

Curitiba, 06 de agosto de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Xambrê, as datas de terrenos sob nºs 13, 14, 15, 16 e 17, da quadra nº 24, situados na sede do referido Município e havidos pelo Estado do Paraná conforme Transcrição nº 1.866, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

As datas de terrenos acima referidas e cuja autorização para doação é ora proposta a essa augusta Assembléia Legislativa, integram o patrimônio do Estado do Paraná, por força de doação feita pelo próprio Município de Xambrê, a fim de possibilitar a construção de prédios destinados à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública e ao Fórum da Comarca.

Tendo em vista que o prédio destinado às repartições policiais locais foi construído em outro terreno, também doado ao Estado pelo Município de Xambrê e, ainda, porque, segundo esclarece o Senhor Prefeito, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado ter informado que as edificações do fórum não mais serão realizadas nos lotes em causa, constata-se que a preconizada doação é plenamente viável e que, portanto, o Plano de Lei em referência atende aos superiores interesses da administração e da coletividade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Xambrê, as datas de terrenos nºs 13, 14, 15, 16 e 17, da quadra nº 24, adquiridas pelo Estado do Paraná por doação do referido Município, conforme transcrição sob nº 1.866, do Livro 3-B do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xambrê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 61/91

Curitiba, 06 de agosto de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, ceder, em caráter de utilização gratuita, ao

Município de Itambaracá, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelos lotes n.ºs 37 e 52, da Quadra 63, da sede daquela Municipalidade, ambos perfazendo área de 660,00m<sup>2</sup> (seiscentos e sessenta metros quadrados), com frente para a Avenida Interventor Manoel Ribas, esquina com a Rua Major Florêncio, contendo edificações em alvenaria, medindo 165,35m<sup>2</sup>, objeto das Matrículas n.ºs 3.328 e 3.329, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Andirá.

O plano de lei ora submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses públicos, tendo em vista que o imóvel, cuja cessão de uso é pretendida, será utilizado pelo cessionário exclusivamente para nele instalar e manter em funcionamento o Setor de Cadastro de Notas do Produtor e/ou Setor de Águas.

Por outro lado, vale destacar que o anteprojeto em causa contém dispositivos expressos no sentido de que tal cessão vigorará até 1º de janeiro de 1995, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes e que tornar-se-á automaticamente sem efeito, caso o referido imóvel seja utilizado para finalidades diversas daquelas previstas ou transferido a terceiros.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Itambaracá, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede daquele Município, designado por lotes n.ºs 37 e 52, da quadra 63, com área total de 660,00m<sup>2</sup> (seiscentos e sessenta metros quadrados), com frente para a Avenida Interventor Manoel Ribas, esquina com a Rua Major Florêncio, contendo edificações em alvenaria, medindo 165,35m<sup>2</sup>, objeto das matrículas n.ºs 3.328 e 3.329, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Andirá.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado exclusivamente para nele ser instalado e mantido em funcionamento, pelo Município, o Setor de Cadastro de Notas do Produtor e/ou Setor de Água, vigorando, tal Cessão de Uso, até 1º de janeiro de 1995, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo ser o mesmo utilizado

para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de cessão tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 62/91

Curitiba, 06 de agosto de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Medianeira, o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelos lotes de terrenos urbanos sob n.ºs 5A, 6A, 7, 7A, 8, 8A, 9 e 9A, da quadra 175, com área de 500,00 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados) cada, totalizando 4.000,00 m<sup>2</sup> (quatro mil metros quadrados), sem benfeitorias, situados no perímetro urbano da sede daquele Município e havidos pelo Estado do Paraná pelas matrículas que especifica, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira.

Os lotes de terrenos antes mencionados e cuja autorização para doação é ora proposta a essa augusta Assembléia Legislativa, foram incorporados ao patrimônio do Estado por doação do próprio Município de Medianeira, através de escritura pública datada de 05 de julho de 1984, lavrada pelo Tabelião de Notas da Comarca e conforme respectivas matrículas imobiliárias, a fim de que, neles, fosse construído o prédio do Fórum local.

Tendo em vista o Ofício n.º 117/91, de 23.04.91, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, esclarecendo que o Fórum da Comarca de Medianeira foi edificado em outra área e manifestando aquiescência no sentido de que os questionados terrenos retornem ao patrimônio municipal e, ainda, em face de informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Administração, opinando-se no sentido do atendimento de reivindicações, formuladas pelo Senhor Prefeito Municipal de Medianeira, constata-se que o Plano de lei em causa é oportuno e consulta aos interesses da Administração.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo auto-



rizado a doar ao Município de Medianeira, o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelos lotes de terrenos urbanos sob n.ºs 5A, 6A, 7, 7A, 8, 8A, 9 e 9A, da quadra 175, cada um com área de 500,00 m<sup>2</sup> totalizando 4.000,00 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, situados no perímetro urbano daquela Cidade, entre as Ruas Acre, Amapá e Amazonas, objeto das matrículas n.ºs 1.341, 1.339, 1.857 (comum aos lotes 7 a 7A), 1.358, 2.993, 2.994 e 2.995, todas do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 63/91

Curitiba, 06 de agosto de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar a Venício Vecchi e Carlos Dulcemar Vecchi, o imóvel constituído do lote n.º 159, da Gleba n.º 02, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, neste Estado, com área de 125,2389 hectares.

Cumprе esclarecer que a regularização do imóvel Boa Ventura vem sendo realizada nos termos da Lei n.º 7.055, de 4 de dezembro de 1978, em nome dos ocupantes, segundo o Plano de Colonização organizado em decorrência da Discriminatória Judicial que determinou o cancelamento das matrículas que tinham origem no documento contestado pelo Estado do Paraná.

Não se trata de nova alienação e sim de regularização de áreas consideradas devolutas pela Justiça e cujo processo vem se desenvolvendo gradativamente, porém, neste caso, torna-se necessária a participação do Poder Legislativo, atendendo ao que dispõe o já citado art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual.

Cumprе ainda destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob n.º 883.361-3, de 08/01/91.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 64/91

Curitiba, 06 de agosto de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do Art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, autoriza o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar a Vilmar Schneider, o imóvel constituído do lote 81, da Gleba 07 da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com área de 428,7547 hectares.

Cumprе esclarecer que a regularização do imóvel Boa Ventura vem sendo realizada nos termos da Lei n.º 7055, de 04.12.78, em nome dos ocupantes segundo o Plano de Colonização organizado em decorrência da Discriminatória Judicial que determinou o cancelamento das matrículas que tinham origem no documento contestado pelo Estado do Paraná.

Não se trata de nova alienação e sim de regularização de áreas consideradas devolutas pela Justiça e cujo processo vem se desenvolvendo gradativamente, porém, neste caso, torna-se necessária a participação do Poder Legislativo, atendendo ao que dispõe o já citado art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual.

Cumprе, ainda, destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente sob n.º 915.353-5, de 25.01.91.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 65/91

Curitiba, 06 de agosto de 1991

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do Art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, autoriza o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar a Jacinto Bendito Barroso o imóvel São João da Colina, Município de Pitanga, neste Estado, com área de 156,2845 hectares.

Cumprе esclarecer que o imóvel em questão foi objeto da Ação Anulatória nos Autos sob n.º 469/54, da Comarca de Pitanga, em que é requerente o Estado do Paraná e, conseqüentes Mandados de Cancelamentos n.ºs 215/89 e 393/89, sendo atualmente in-



tegrante do Plano de Colonização - Autos n° 423, o qual foi aprovado pelo Presidente do ITCF, em 13.03.91, e cuja regularização vem sendo realizada nos termos da Lei n° 7055, de 04 de dezembro de 1978, em nome dos ocupantes.

Não se trata de nova alienação e sim de regularização de áreas consideradas devolutas pela Justiça e cujo processo vem se desenvolvendo gradativamente, porém, neste caso, torna-se necessária a participação do Poder Legislativo, atendendo ao que dispõe o já citado art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual.

Cumpre, ainda, destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente sob n° 925.108-1, de 28.03.91.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO N° 1870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4°, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) DALTON MACHUCA

#### REQUERIMENTO N° 1855

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja designado o dia 22 de agosto próximo vindouro, como data para realização de Sessão Solene para outorga do título de Cidadania Benemérita do Paraná a Sra. Edite Pizzatto, conforme a Lei Estadual n° 9593, de 19 de abril de 1991.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1854

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, voto de profundo pesar

pelo falecimento do Sr. ANÉSIO DE TÚLIO.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Anésio de Túlio nasceu em Curitiba, aos 17 de novembro de 1915, filho do maestro Luiz de Túlio e dona Consuelo Nascimento de Túlio.

Pai de sete filhos, iniciou sua vida profissional como linotipista, aos 15 anos, na "Gazeta do Povo", passando depois para o "Diário da Tarde".

Transferiu residência para Joinville, voltando, entretanto, em pouco tempo. Novamente trabalhou no "Diário da Tarde" e "Gazeta do Povo", até ingressar na Imprensa Oficial do Estado, onde trabalhou por 30 anos.

O falecimento de Anésio Túlio abre uma lacuna em nossa sociedade, sobretudo nos meios de imprensa, onde fez do seu trabalho uma contribuição voluntariosa e de extrema importância.

#### REQUERIMENTO N° 1852

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Município de Prudentópolis, pelo transcurso nesta data do 85° aniversário de sua emancipação política.

Comunicar a decisão da Casa ao Prefeito Wilson Santini.

Sala das Sessões em 12.08.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Tendo hoje à frente de sua administração o Prefeito Wilson Santini, muito bem assessorado por seus colaboradores, Prudentópolis vem apresentando cada vez mais um progresso digno de seus munícipes que, satisfeitos com os rumos tomados pelo sucesso de sua cidade, colaboram para que Prudentópolis continue progredindo e fazendo com que seus habitantes se fixem nas suas origens sentindo-se recompensados pelo crescimento e desenvolvimento do Município, que reflete o trabalho de todos que lá residem.

#### REQUERIMENTO N° 1856

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inscritos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações pela comemoração dos 60 anos de brilhante e destacada atuação do Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, tendo como justificativa o artigo "Os 60 anos do

CAHS", de autoria do MM. Juiz de Direito e professor da UEM, Munir Karam, publicado no jornal Gazeta do Povo desta Capital.

Que do teor do presente seja dada ciência à Congregação da Faculdade de Direito da UFPR, ao Reitor da UFPR, ao Presidente do CAHS, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, ao Dr. Munir Karam, ao Secretário Estadual da Justiça, ao Ministério Público e à OAB-PR.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de saudades ao Presidente JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, pela passagem do 15° aniversário de seu falecimento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família Kubitschek, por intermédio da Excelentíssima Sra. Márcia Kubitschek, DD. Vice-Governadora de Brasília.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário de falecimento do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira é sempre um momento de reflexão para todo o País e em especial para as instituições e para as pessoas envolvidas com o trato direto do interesse e da democracia.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, ex-Presidente, foi e continuará sendo uma fonte de raros exemplos, não apenas por sua participação na vida pública, mas também pelos elevados gestos de generosidade e de humanismo que deixou, como amor ao Brasil, o desprendimento em favor dos brasileiros.

O grande Presidente Juscelino merece a reverência nacional pelo que desenvolveu e pelo que deixou como norma e parâmetros administrativos.

Portanto, este dia 22 de agosto de saudades e de reverência, não deixa de ser uma grata e sempre renovada oportunidade para um paralelo governamental. Não estamos enfrentando, nem de longe, os problemas do Governo JK, e no entanto as soluções são muito mais difíceis e as crises agravam-se a cada dia.

É aconselhável que se tome o histórico do governo Juscelino para que ele nos dê não só exemplos, mas também indicativos para encontrarmos novos e definitivos caminhos para a Nação e para o povo brasileiro.

#### REQUERIMENTO N° 1858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, DD. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, solicitando a realização de auditoria na FOZTUR - Foz do Iguaçu Turismo S/A, empresa de economia mista que tem por sócia cotista majoritária a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões em 12.08.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu pretendeu promover uma grande festa na comemoração do 77° aniversário do Município, em junho último, envolvendo a FOZTUR, CODEFI, Fundação Cultural, Departamento de Comunicação Social e Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

No centro das comemorações, colocaram o festival musical denominado "Acordes Cataratas", e para cobrir as despesas com o evento sorteariam 10 veículos zero quilômetros, cujas cartelas, para concorrer aos prêmios, foram vendidas a Cr\$ 2.000,00 cada uma.

O sorteio foi proibido pela Delegacia da Receita Federal e a Prefeitura foi obrigada a devolver o dinheiro arrecadado aos participantes, sendo indiciada em inquérito pela Polícia Federal, conforme veiculado pelo periódico, "Nosso Tempo", segundo o qual a Prefeitura investiu mais de 84 milhões de cruzeiros.

Todavia, o Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal declarou que os gastos atingiram 23 milhões, mencionando ainda a FOZTUR que as despesas chegaram a 30 milhões de cruzeiros. Verificando-se assim, que há discordância nas declarações.

Faz-se necessário, dessa forma, que a população seja esclarecida sobre o custo real dispendido pelo Município para a realização do evento, visando resguardar os munícipes de possíveis fraudes que possam redundar em prejuízos contra o erário.

Face à nossa explanação, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa à aprovação do presente requerimento para que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado proceda à realização de auditoria, visando esclarecer a opinião pública e resguardar o nome do município.

#### REQUERIMENTO N° 1857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Heron Ar-

zua, solicitando estudos e possíveis providências no sentido de autorizar o recolhimento do ICMS em parcelas mensais sem multa, sem a inclusão do nome do contribuinte em dívida ativa, como é realizado atualmente.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

#### JUSTIFICATIVA:

O pagamento do ICMS em parcelas só é autorizado após a inclusão do contribuinte em dívida ativa, passados 4 meses de inadimplência, o que causa grandes transtornos aos empresários e prejuízo aos cofres públicos com a demora burocrática.

A sugestão que tomamos a liberdade de apresentar, visa diminuir a evasão de receitas do Estado, através da sonegação, bem como facilitar a carga tributária do empresário, principalmente o pequeno comerciante, autorizando o pagamento deste imposto parceladamente, sem as sanções atuais.

A medida, por certo, está de acordo com o pensamento do atual governo estadual, quando afirma não ser o mesmo administrar a coisa pública e um escritório de contabilidade, olhando apenas as colunas de entradas e saídas, deixando de lado a justiça social.

Optamos pelo requerimento, em forma de sugestão à Secretaria da Fazenda, para respeitar o princípio de constitucionalidade.

E, como conhecemos os bons propósitos administrativos do ilustre Secretário de Estado Heron Arzua temos certeza que a presente solicitação poderá ser atendida por ser de interesse do Paraná, tendo em vista a geração de novos empregos.

#### REQUERIMENTO N° 1861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, Diretor Presidente do BANESTADO, solicitando seja feito estudos visando a instalação de um posto de serviço do Banestado no Hospital São Roque, Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

O Hospital São Roque tem cerca de trezentos internos e um número aproximado de duzentos e cinquenta funcionários, constituindo uma comunidade de mais de seiscentas pessoas que por lá passam todos os dias.

Se possível a instalação deste Posto de Serviços que se estude, pelo menos a possibilidade do pagamento dos funcionários ser feito no local de serviço, uma vez que para receberem, é necessário irem

até a agência do Banestado de Piraquara, lá permanecendo de três a quatro horas na fila.

#### REQUERIMENTO N° 1862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, Secretário Estadual de Saúde e ao Senhor Antonio Majer de Melo, Prefeito Municipal de Curiúva solicitando seja concluído as obras do Posto de Saúde da Colônia Dantas, no Município de Curiúva.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

A Colônia Dantas fica afastada da sede do Município e, estudos anteriores já verificaram a necessidade deste Posto de Saúde, tanto é verdade que as obras foram iniciadas e hoje estão paradas.

Quero crer que estas obras não foram iniciadas só porque era período eleitoral e passadas as eleições, hoje não interessa sua conclusão.

Por não acreditar nisso é que solicito esforços do Senhor Secretário Estadual de Saúde, que junto com a Prefeitura Municipal de Curiúva, poderá concluí-la.

#### REQUERIMENTO N° 1863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de prerrogativas regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando seja instalado com urgência, um posto Telefônico- PS. na localidade de Água Clara, antigo Município de Tibagi e, hoje Município de Ventania.

Tal comunidade fica localizada 30 km da sede de Ventania.

Solicito, também, seja dado conhecimento deste requerimento ao Senhor Eugênio Rodrigues Carneiro, Prefeito de Tibagi.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

A própria distância (30 km) da sede do município de Ventania por si só já justifica.

Além da distância existe o difícil acesso, uma vez que a região é de muitos morros e a estrada não é bem conservada.

Hoje, quando as comunicações unem o mundo, é inconcebível que uma comunidade fique isolada e submetida a muitas dificuldades.

Sabemos também que já foram feitos estudos para viabilizar este Posto de Serviços.

#### REQUERIMENTO N° 1864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Doutor Nizan Pereira Almeida, Secretário Estadual de Saúde e ao Doutor Jackson Miguel Babuw, chefe do 23º Distrito Sanitário solicitando:

1) que todos os pacientes do Hospital São Roque, sejam atendidos em ambulatórios do próprio hospital, e, como é feito hoje, que estes pacientes tem que ir até Piraquara ou viajarem até Curitiba para serem atendidos.

Em Piraquara, são atendidos no ambulatório somente às quintas-feiras, em cerca de seiscentos pacientes são registrados.

Isto faz com que, tenha filas e a qualidade do atendimento é questionável, uma vez que é feito por um único médico.

2) que sejam efetuados estudos visando a abertura de ambulatórios no Hospital para atendimento da comunidade.

O hospital ocupa uma grande área geográfica e tem inúmeros prédios e salas, sendo que algumas destas ocupadas com sucatas ou até mesmo desocupadas.

Por outro lado, o tabu sobre a doença de Hansen deve ser rompido e, com o avanço do conhecimento científico da doença são poucos os doentes que necessitam de isolamento. Ao lado do Hospital existem bairros pobres e sem nenhum atendimento à saúde.

Sabendo disso, é que solicito que, no menor prazo possível, sejam efetuados estudos visando abrir ambulatórios de clínica médica, pediatria e ginecologia-obstetrícia em prédios ou alas do Hospital São Roque.

Isto contribuirá também para combater a discriminação e marginalização do portador da doença de Hansen.

Quanto ao ambulatório de dermatologia para o atendimento dos portadores da doença de Hansen, creio ser o mais fácil de ser atendido e possível de ser feito imediatamente.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO N° 1865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado a pavimentação asfáltica do trecho compreendido entre a rodovia PR 489, que liga Umuarama a Xambrê, e a indústria Lorenz, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Senhor Alexandre Ceranto, ilustre Prefeito Municipal, ao Vereador Inácio Perei-

ra Pinto, Presidente da Câmara de Vereadores, ao Sr. Édio Feller, administrador da empresa. (endereço para correspondência: Prefeitura Municipal).

Sala das Sessões, 12.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Lorenz, empresa que fabrica féculas e outros derivados de mandioca, opera em Umuarama há mais de 19 anos e está instalada próximo a cidade, mas com acesso ruim para as diárias viagens que os veículos pesados têm que fazer para a movimentação da empresa.

Trata-se de um dos grandes contribuintes de ICMS, gerador de empregos e diante das dificuldades da municipalidade em atender a referida empresa, solicitamos a intervenção do Estado para em convênio com a Prefeitura possa sanar esse antigo e grave problema.

#### REQUERIMENTO N° 1866

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor José Tadeu Bento França, Digníssimo Secretário Especial para Assuntos do Meio Ambiente no sentido de que seja incluído no "Projeto Água Limpa", o Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Excelentíssimo Senhor Alexandre Ceranto, digníssimo Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Doutor Massashi Mariushi, ao Senhor Inácio Pereira Pinto, Presidente da Câmara de Vereadores de Umuarama.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Programa "água limpa", criado pelo Governo do Estado, através de Protocolo de Intenções entre várias Secretarias de Estado e órgãos estatais, é um projeto de grande alcance social, cuja finalidade principal é promover ações eficazes para que a água, como elemento vital e indispensável, chegue à população em condições ideais de uso.

Para tanto, deverão ser tomadas medidas necessárias a fim de se preservarem os mananciais fornecedores de água potável, se disciplinarem o uso e a ocupação do solo das bacias de tais mananciais; se reorganizar o processo de ocupação dessas bacias, através de apoio e fomento dos órgãos públicos do Estado; e se replantarem, onde for necessário, as matas ciliares protetoras desses mananciais.

O Município de Umuarama possui o seu manancial de água potável, o único que abastece os mais de 15 mil munícipes, localizado em área de grande densidade demó-

gráfica onde foi construído um conjunto habitacional - Parque Jaboticabeira - cujo loteamento foi feito sem autorização dos órgãos estaduais responsáveis.

Esse procedimento, na época, causou e continua causando graves e sérios problemas à população, pois os dejetos e o esgoto em céu aberto vêm comprometendo a qualidade da água consumida pela população.

A Administração municipal atual têm tentado resolver a situação propondo o remanejamento dos moradores do conjunto, que estão junto ao manancial, mas pouco tem conseguido, pois a necessidade do envolvimento de órgãos estaduais é fundamental para solucionar, em conjunto com a Prefeitura, entidades ecológicas e a comunidade em geral, num consórcio de ações.

Um projeto capaz de reorganizar e disciplinar a ocupação dessa área, numa ação conjunta com a SANEPAR, COHAPAR, BANESTADO, Prefeitura, Associação de Bairro, COPEL, Secretaria do Meio Ambiente, ADEMA etc, viria sem dúvida, solucionar de uma vez por toda a perigosa situação que a população de Umuarama enfrenta.

#### REQUERIMENTO N° 1873

SÚMULA: Requer, envio de expediente Oficial ao Doutor José Roberto de Santana Moraes, Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial à Direção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de que seja efetuada ampla reforma, inclusive pintura, no Edifício dos Correios e Telégrafos de Arapongas, que lhe seja dado mais espaço para atendimento ao público consumidor; que seja aumentado o número de servidores-carreiros naquele órgão e que se lhe dote de telefones e viaturas.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

#### JUSTIFICATIVA:

A cidade e Município de Arapongas, constituiu-se hoje no maior parque moveleiro do Paraná.

De pequenas empresas de ontem, criaram grandes indústrias, tornando Arapongas um dos maiores polos industriais do Estado.

Esta política de industrialização regionalizada continua incentivando o crescimento de seu parque industrial hoje com mais de três centenas de empresas o que valeu para o município o 11° lugar no "ranking" dos municípios arrecadadores do Estado.

Dotar os Correios e Telégrafos da ci-

dade de uma melhor estrutura é urgência que o tempo requer.

Estas as razões do pedido.

#### REQUERIMENTO N° 1874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Diretor da ECT-PR, José Carlos Rocha Lima, solicitando um melhor atendimento, com caixa receptadora de correspondências para os internos e funcionários do Hospital São Roque no Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

O Hospital São Roque tem aproximadamente trezentos internos, sendo que grande parte deles oriundos do interior e às vezes impossibilitados de grandes locomoções.

Tem também, o Hospital cerca de duzentos e cinquenta funcionários.

Juntos, formam uma comunidade de cerca de seiscentas pessoas.

Estes fatos justificam uma caixa receptadora de correspondências neste local.

#### REQUERIMENTO N° 1875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, doutor Mário Pereira, solicitando recursos para a construção de uma ponte sobre o Rio Marmeleiro, no limite dos Municípios de Francisco Beltrão e Renascença.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) JOÃO ARRUDA.

#### JUSTIFICATIVA:

A construção da referida ponte é de fundamental importância para a referida região.

O assunto foi debatido na Câmara Municipal de Renascença, que aprovou por unanimidade requerimento do Vereador Adair Ferreira dos Anjos, solicitando empenho para obtenção do benefício.

E, como conhecemos os princípios administrativos do ilustre Secretário, temos certeza do atendimento.

#### REQUERIMENTO N° 1877

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Luiz Renato Pedroso, apelando ao mesmo, no sentido da criação da Segunda Vara Criminal na Co-

marca de São José dos Pinhais - conforme Indicação n° 205/91, de autoria do Vereador Alberto Nogueira, da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, e demais documentos que seguem em anexo.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(aa) ANIBAL KHURY  
ALCEU SWAROWSKI

Câmara Municipal de São José dos Pinhais,  
12 de agosto de 1991.

Senhor Presidente.

Vimos à presença de V.Exa., confirmando expediente enviado anteriormente, solicitar-lhe o devido apoio para a criação da SEGUNDA VARA CRIMINAL na Comarca de São José dos Pinhais, em conformidade com a Indicação n° 205/91 e Relatório em Anexo.

Como é do seu conhecimento o Município-Sede, São José dos Pinhais, que experimentou o crescimento de 15,2% em um ano, juntamente com Tijucas do Sul, Agudos do Sul e Mandirituba, contam hoje aproximadamente quatrocentos mil habitantes, o que nos obriga a iniciativas que visem amenizar os problemas vividos pela população.

Na certeza do seu atendimento ao exposto, sumamente gratos nos subscrevemos  
Atenciosamente

ALBERTO NOGUEIRA  
Vereador

Exmo. Sr.

ANIBAL KHURY

DD. Presidente da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA

#### INDICAÇÃO N° 205/91

O Vereador ALBERTO NOGUEIRA no uso de suas atribuições regimentais em vigor,  
INDICA ao Exmo. Sr. Dr. RENATO PEDROSOS MM. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, necessidade da criação da 2ª VARA CRIMINAL no Fórum da Comarca de São José dos Pinhais, tendo em vista o excesso de processos e o crescimento da região, conforme anexo, respectivo Relatório.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) ALBERTO NOGUEIRA  
Vereador

#### CRIAÇÃO DE UMA SEGUNDA VARA CRIMINAL NA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

A Comarca de São José dos Pinhais, que é o município sede e conta ainda com Tijucas do Sul, Agudos do Sul e Mandirituba, desde a sua criação, possui apenas UMA VARA CRIMINAL, o que vem acarretando uma série de entraves para o bom cumprimento das funções judiciárias.

Toda sociedade sãojoseense, assim como das demais cidades da Comarca, tem se manifestado favoravelmente à criação de uma

Segunda Vara Criminal.

O excesso de processos, comparativamente pode ser comprovado no quadro:

Movimento da Vara Criminal	1.990	1.991
. Processos Autuados		
(Ações Penais) .....	181	622
. Inquéritos Policiais .....	872	1.226
. Cartas Precatórias .....	733	265
T O T A I S	1.786	2.113

Obs: Não estão incluídos os processos de autoridade policial da Comarca, ainda não ajuizados.

O crescimento dos processos (cerca de 150%), fica intrinsecamente ligado ao seguinte:

1) Crescimento vertiginoso e incontornável da Comarca, onde somente o Município-sede (São José dos Pinhais), cresceu à razão de 15,2% nos últimos doze meses (Fonte: Prefeitura Municipal), o que daria um contingente aproximado de 16.000 à 20.000 habitantes/ano.

2) A maioria dos inquéritos policiais resultam de acidentes de trânsito que canalizam para a Justiça, devido aos acidentes causados nas Rodovias que cortam os Municípios da Comarca, que são as Rodovias BR's 116, 277 e 376);

3) A falta de estrutura administrativa da corporação judicial para julgar e efetuar os despachos dos inúmeros processos paralisados e em andamento.

Ainda com referência aos inquéritos policiais nas respectivas Delegacias de Polícia, temos o seguinte quadro:

	1.990		1.991	
Município	Inquéritos	Inquéritos	Inquéritos a abrir	Em tramitação
Mandirituba	73	39	14	250
Tijucas do Sul	81	22	52	804
S. J. Pinhais	523	154	136	2.000
TOTAIS	677	215	202	3.054

Obs: Dados coletados nas Delegacias respectivas, aproximados, referente Janeiro / Maio de 1991.

Além do grande número de acidentes de trânsito (90% dos inquéritos em Tijucas do Sul e cerca de 70% em São José dos Pinhais) percebemos também aumento considerável na região dos índices de criminalidade.

Está também sobrecarregado o Juizado de Pequenas Causas, onde o esforço é dispendido para encerrar o processo na origem, sem encaminhá-lo à decisão superior, porque certamente a decisão seria por demais morosa, como o são todos os outros.

Diante do exposto, há necessidade de se complementar estudo rigoroso da atual realidade, com a finalidade de viabilizar



a criação da segunda vara criminal na Comarca, providência essa que, sem dúvidas, trará melhores resultados à nossa coletividade.

Sala das Sessões, em 27.06.91.

(a) ALBERTO NOGUEIRA

Vereador

São José dos Pinhais, 05 de agosto de 1991  
A Câmara Municipal de São José dos Pinhais  
A/C Vereador ALBERTO A. G. NOGUEIRA.  
Prezados Senhores.

Em resposta a correspondência datada de 08/07/91, na qual o Vereador Alberto Nogueira manifesta sua preocupação quanto a necessidade da criação da SEGUNDA VARA CRIMINAL nesta comarca, vimos através desta dar nosso apoio e solidariedade ao Vereador, visto que tanto quanto ele nos preocupa uma maior dinamização ao grande volume de trabalho que hoje se avoluma no Poder Judiciário.

Sendo o que se apresentava, colocamos à disposição para o que se fizer necessário.

Saudações Leonísticas

(aa) FABIANO GALEB ANTONELLO

Presidente

SERGIO MURILO BUDANT

Secretário

São José dos Pinhais, 31 de Julho de 1991.  
Senhor Vereador,

Através do presente, tendo detidamente analisado através da Diretoria, sua indicação propondo a criação de uma SEGUNDA VARA CRIMINAL no Fórum da Comarca de São José dos Pinhais, vimos endossar todo apoio necessário à iniciativa uma vez que toda família leonística que compõe nosso Clube, conhece as precárias condições de funcionamento e/ou andamento dos processos da única Vara Criminal existente na Comarca, sendo a reivindicação digna dos maiores encômios.

Outrossim, vimos agradecer por oportunizar ao nosso Clube a participação em projeto de tão grande importância ao nosso Poder Judiciário.

Cordialmente

MANUEL DE ASSIS LEAL

Presidente

Sr.

Vereador ALBERTO NOGUEIRA

Câmara Municipal de São José dos Pinhais  
NESTA

#### MOÇÃO DE APOIO

O Rotary Club de São José dos Pinhais, por decisão unânime de seu Conselho Diretor, vem, através da presente, manifestar seu irrestrito APOIO À CRIAÇÃO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL NA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, nos termos exarados na Indicação n° 205/91, do Vereador Alberto Nogueira, o

que, a nosso ver e entendimento, trará grandes benefícios às populações dos Municípios abrangidos pela Comarca e ao desempenho do Poder Judiciário.

São José dos Pinhais, 05.08.91.

(aa) JAIRO LUIZ CHIURATTO SILVA

Presidente

CARLOS WILSON BERTI

1° SECRETÁRIO

#### VEREADOR QUER 2ª VARA CRIMINAL NO MUNICÍPIO

Há alguns meses pretendendo trazer uma segunda vara criminal para São José, o vereador Alberto Nogueira (PSDB), realizou uma pesquisa no fórum local, e nos municípios pertencentes a comarca, sobre os processos autuados, Inquéritos Policiais e Cartas Precatórias para anexar na indicação enviada a Câmara Municipal. A partir do dia em que a indicação chegou a casa - dia 27 de junho último - entidades de classes e vários segmentos da sociedade aderiram a idéia e se movimentaram para apoiar o vereador.

Segundo Nogueira, uma segunda vara criminal desafogaria o fórum local. Ele lembra que da comarca ainda fazem parte os municípios de Tijucas do Sul, Agudos do Sul e Mandirituba. Todos tiveram um crescimento vertiginoso nos números de processos assim como os inquéritos policiais nas delegacias por onde Nogueira também coletou dados. Cerca de 90% dos inquéritos são acidentes de trânsito em consequência da comarca ser cortada pelas rodovias BR's 116, 277 e 376. Destes 70 por cento foram abertos em São José dos Pinhais. "Além disso, também o Tribunal de Pequenas Causas encontra-se sobrecarregado", disse.

#### APOIO

Para viabilizar uma outra vara criminal, Nogueira está buscando apoio na Assembléia Legislativa e Câmara dos Deputados. Ele já enviou expediente para Geraldo Cartário representante de Mandirituba, Alceu Swarowski de Agudos e região e Carlos Simões de São José dos Pinhais, além do Presidente da Assembléia Anibal Khury. Também a Câmara Federal e o Deputado Luciano Pizzato deverão receber uma correspondência sobre o assunto. Da mesma forma, ele tenta agendar uma audiência com o governador Roberto Requião, Anibal Khury e o presidente do Tribunal de Justiça Luis Renato Pedroso. Nessas audiências, Nogueira estará acompanhado pelo diretor do fórum de São José, Marcos Lucas Fanckim e o juiz da Vara Cível Raul Gutman.

#### UMA HISTÓRIA

Pela primeira vez eleito vereador, Alberto Nogueira é o campeão de projetos na Câmara Municipal. Somente nos primeiros

três meses já havia apresentado 60 propostas de trabalho e para a Lei Orgânica do município cerca de 95 emendas. Vítima de um acidente em 1971 que o deixou paraplégico - foi atingido por um fardo de lâminas de pinheiros - ele ficou em tratamento em São Paulo até 1974. Sempre longe da política, dedicou-se aos trabalhos comunitários. Foi um dos fundadores dos Lions Club em 1975 do qual hoje é o presidente da região. Ajudou a criar mais de 15 associações de deficientes físicos no Paraná e, segundo ele mesmo, a luta foi difícil por causa do preconceito da sociedade contra os deficientes.

Nogueira já fez cinco cirurgias depois de 1985 quando foi convidado a candidatar-se a prefeito. Aceitou somente em 1988 para vereança e foi um dos mais votados. Vitalidade não lhe falta para quem já extraiu a visícula, um rim e uma bexiga. O outro rim está com somente 20% de capacidade. "Estou ôco por dentro", brinca. Contudo para ele parar é envelhecer e morrer em semanas. Diante disso, ele pretende, se aceitar o convite para ser governador dos Lions, largar a política, sem contudo, abandonar os trabalhos comunitários. Seus próximos projetos na Câmara Municipal são, além da Vara Criminal, a construção de uma escola especial para os deficientes mentais de São José e uma conscientização dos proprietários de veículos para que emplaquem os automóveis no município. "o imposto está indo para a Curitiba", revela ele, contando que existem até vereadores com carros emplacados na capital. Lamentou também que as funções dos vereadores são limitadas. "Os prefeitos nada fazem; os deputados pouco ou nada fazem e a sociedade está exigindo medidas que mudem o atual quadro econômico e social", finalizou. Tribuna de São José dos Pinhais 11.08.91.

#### TRIBUNA DE SAO JOSÉ

ANO XXXV

SAO JOSÉ DOS PINHAIS, 16 e 17-07-91

EDIÇÃO N° 1.615

#### JUIZES VISITAM O PREFEITO MOACIR PIOVESAN

O juiz da Comarca, Raul Gutmann e o diretor do Fórum, juiz Marcos de Lucas Fanckin, acompanhados do vereador Alberto Nogueira, estiveram na última sexta-feira, às 10 horas, em visita ao prefeito Moacir Piovesan, para solicitar o seu apoio para que seja criada a 2a. Vara Criminal do Fórum de São José dos Pinhais, tendo em vista o excesso de processos e o crescimento da região.

O juiz e diretor do Fórum, Marcos de Lucas Fanckin, disse que a Comarca de São José dos Pinhais, (que é o município sede) conta com Tijucas do Sul, Agudos do Sul e Mandirituba, desde a sua criação, e possui

apenas uma Vara Criminal, o que vem acarretando uma série de entraves para o bom cumprimento das funções judiciárias.

O crescimento dos processos (cerca de 150%), fica intrinsecamente ligado ao seguinte:

a) crescimento vertiginoso e incontrollável da Comarca, onde somente o município sede (São José dos Pinhais), cresceu à razão de 15,2% nos últimos doze meses, o que dará um contingente aproximado de 16.000 a 20.000 habitantes/ano.

b) a maioria dos inquéritos policiais resultam de acidentes de trânsito que canalizam para a Justiça, principalmente os das rodovias que cortam os municípios da Comarca, que são as Rodovias BR's 116, 277 e 376.

c) há falta de estrutura administrativa da corporação judicial para julgar e efetuar os despachos dos inúmeros processos paralisados e em andamento.

Também os inquéritos policiais nas delegacias aumentaram consideravelmente, como por exemplo: Na Delegacia de Mandirituba no ano de 1990, foram efetuados 73 inquéritos e 39 em tramitação. Já no ano de 1991 (janeiro a junho), 250 inquéritos e em tramitação 14.

No município de Tijucas do Sul, no ano de 1990, foram efetuados 81 inquéritos e 22 em tramitação. No primeiro semestre deste ano, foram feitos 8044 inquéritos e 52 estão em tramitação.

No município de São José dos Pinhais, no ano de 1990 foram feitos 523 inquéritos e em andamento 154. Neste ano, até o mês de junho, foram efetuados 2.000 inquéritos e estão para ser concluídos 136.

Está também sobrecarregado o Juizado de Pequenas Causas, onde o esforço é dispensado para encerrar o processo na origem, sem encaminhá-lo à decisão superior, porque certamente a decisão seria por demais morosa, como o são todos os outros.

Diante do exposto, disse o juiz Marcos Fanckin, há necessidade de se complementar estudo rigoroso da atual realidade, com a finalidade de viabilizar a criação da 2a. Vara Criminal na Comarca, providência essa que, sem dúvida, trará melhores resultados à nossa coletividade.

O prefeito Moacir Piovesan disse que entrará em contato com o Deputado Anibal Khury, presidente da Assembléia Legislativa, para que seja solicitado ao desembargador-presidente do Tribunal de Justiça, a criação desta Vara Criminal.

Ficou também decidido que será solicitada uma audiência com o governador Roberto Requião, onde além do prefeito Moacir Piovesan, os juizes, promotores, vereadores, clubes de serviço e entidades classistas, farão parte da comitiva que irá requerer do governador a criação da 2<sup>a</sup>.

Os advogados abaixo assinados, militantes no foro da Comarca de São José dos Pinhais, solidarizando-se ao movimento da comunidade no sentido da criação da Vara Criminal, que se faz necessária em face da existência de elevado número de processos criminais em andamento, resultante do crescente índice demográfico da referida Comarca, encarecem a urgência da instalação dessa serventia, apelo às autoridades competentes para que seja agilizado o procedimento para concretização desse evento.

(aa) 16 ilegíveis.

#### REQUERIMENTO N° 1880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Diretor Presidente da Telepar solicitando a instalação de telefone público comunitário (recebem chamadas) dentro do Hospital São Roque no Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) DR. ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

O Hospital São Roque tem cerca de duzentos e cinquenta funcionários e aproximadamente trezentos internos. Isto, mais as visitas, são mais de seiscentas pessoas que passam por lá diariamente. Muitos destes internos são do interior e necessitam comunicar-se com seus familiares. Um telefone público comunitário viria a cobrir uma grande necessidade social.

#### REQUERIMENTO N° 1872

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no disposto no artigo 55 da Constituição do Estado do Paraná, Requerem, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado o seguinte pedido de informações do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública:

1 - quais as conclusões do relatório da Comissão Especial prevista no Decreto n° 643, de 07.08.91, no que tange ao deslocamento da força policial responsável pela retirada forçada dos ocupantes da área denominada Guairacá-Lerroville, ocorrida no dia 09 de agosto de 1991?

2 - o deslocamento das forças, mencionadas no item anterior sofreu, em qualquer momento, determinação do Governador do Estado? Em caso positivo, em que termos deu-se esta determinação?

3 - quais os integrantes da Comissão Especial prevista no Decreto n. 643, de 07.08.91, que procederam os estudos relativos ao fato mencionado no item 1?

4 - o envio a este Legislativo de Certidão ou cópia reprográfica do relatório

circunstanciado encaminhado ao Governador do Estado, contendo as medidas a serem adotadas para o despejo.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

DR. ROSINHA,

OVIDIO CONSTANTINO

#### REQUERIMENTO N° 1876

Senhor Presidente.

O Deputado que este firma, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o douto consentimento do Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa o editorial do dia 08 do corrente mês de agosto do jornal "O Paraná", da cidade de Cascavel, neste Estado cuja peça a ser transladada nos periódicos desta Assembléia Legislativa, está apensa.

Do aprovado, requer comunicação ao Senhor Emir Sfair, redator-chefe do Jornal "O Paraná" no seguinte endereço: Editora OPR S/C Ltda, Rua Pernambuco, 1618 - Cascavel - Paraná.

Requer, também, comunicação do aprovado, ao Senhor Prefeito Municipal do município de Marechal Cândido Rondon, neste Estado.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) ELIO RUSCH

#### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 042/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizado a realização do plebiscito na área adiante descrita, no município de Pérola, para que a população decida sobre a criação do Município de Esperança Nova, desmembrando-o do município de Pérola, com os seguintes limites e confrontações:

"Partindo do marco 160/161, cravado à margem da Estrada Jequitibá, seguiu-se o rumo 75°35' SW, com a distância de 1.020,00 metros, onde encontrou-se outro marco 160/161, cravado à margem direita do Córrego Gaivota.

Deste marco seguiu-se margeando o Córrego Gaivota, águas abaixo até o Ribeirão Jequitibá, confrontando por este lado com o município de Pérola.

Em continuação, seguiu-se margeando o Ribeirão Jequitibá, águas abaixo até o rio Paracai, confrontando por este lado com o município de São Jorge do Patrocínio.

Em continuação seguiu-se margeando o rio Paracai, águas a cima até a estrada Lontra, confrontando-se por este lado com o município de Umuarama. Em continuação, seguiu-se margeando a estrada Lontra até o marco 269/270 cravado a margem da estrada Lontra, confrontando por este lado com o

município de Xambrê.

Deste marco seguiu-se o rumo 58°7' SW, com a distância de 1.461,00 metros, onde encontrou-se outro marco 269/270 cravado à margem direita do Córrego do Milho. Deste marco, seguiu-se margeando o Córrego do Milho águas abaixo até o ribeirão Palmital, confrontando por este lado com o município de Pérola.

Em continuação, seguiu-se margeando o Ribeirão Palmital.

Em continuação, seguiu-se margeando o Ribeirão Palmital, lado direito águas acima até o Córrego Borboleta.

Dai seguiu-se margeando o Córrego Borboleta, lado direito, águas acima até o marco 76/77, cravado a margem do Córrego Borboleta.

Deste marco seguiu-se o rumo 54°24'SW, com a distância de 335,00 metros, onde encontrou-se outro marco 76/77. Em continuação seguiu-se o rumo 32°10'SW, com a distância de 1.345,00 metros, onde encontrou-se outro marco 76/77, cravado à margem da estrada Boa Esperança. Em continuação, seguiu-se margeando a estrada Boa Esperança, até a estrada Jequitibá, confrontando por este lado com o município de Pérola. Em continuação seguiu-se margeando a estrada Jequitibá até o marco 161/160, ponto de partida.

A área total no memorial descritivo é de 138.330.346,00 metros quadrados (cento e trinta e oito milhões, trezentos e trinta mil, trezentos e quarenta e seis metros quadrados).

#### MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA URBANA:

Partindo do marco n. "1", cravado a margem da Estrada Boa Esperança, seguiu-se o rumo 02°58'NE, com a distância de 106,00 metros, onde encontrou-se o marco n. "2", confrontando por este lado com os lotes Ns. 1.020-1.021 e 1.024. Deste marco seguiu-se o rumo 41°46'NW, com a distância de 225,00 metros, onde encontrou-se o marco n. "3" confrontando por este lado com os lotes ns. 1.012-1.013-1.014 e 1.016-1.018 e 1.019.

Deste marco seguiu-se o rumo 86°48'NW, com a distância de 225,00 metros, onde encontrou-se o marco n. "4" confrontando por este lado com os lotes ns. 1.002-1.003-1.006 e 1.007-1.010 e 1.011.

Deste marco seguiu-se o rumo 47°58'SW, com a distância de 225,00 metros, onde encontrou-se o marco n. "5", confrontando por este lado com lotes ns. 994-995-996 e 998-1.000 e 1.001. Deste marco seguiu-se o rumo 02°58'SW, com a distância de 225,00 metros onde encontrou-se o marco n. "6", confrontando por este lado com os lotes ns. 984-985-988 e 989-992 e 993.

Deste marco seguiu-se o rumo 41°46'SE,

com a distância de 225,00 metros, onde encontrou-se o marco n. "7", confrontando por este lado com os lotes ns. 976-977-979 e 981-982 e 983. Deste marco seguiu-se o rumo 86°48'SE, com a distância de 225,00 metros, onde encontrou-se o marco n. "8", confrontando por este lado com os lotes ns. 966-967-970 e 971-974 e 975.

Deste marco seguiu-se o rumo 47°58'NE, com a distância de 225,00 metros, onde encontrou-se o marco n. "9", confrontando por este lado com os lotes ns. 958-959-960 e 963-964 e 995.

Deste marco seguiu-se o rumo 02°58'NE, com a distância de 199,00 metros, onde encontrou-se o marco 9-1, ponto de partida, confrontando por este lado com os lotes ns. 955-956 e 957.

Ficando assim demarcados o Patrimônio Esperança Nova.

Todos os rumos constantes do presente memorial referem-se ao Norte Verdadeiro.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) NELSON GARCIA,

DUILIO GENARI,

ELIO RUSCH,

MARIO BEZERRA,

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES,

EMÍLIA BELINATI,

NEIVO BERALDIN.

#### JUSTIFICATIVA:

Reivindicação antiga e apoiada pelos moradores do atual distrito de Boa Esperança, localizado no Município de Pérola, cerca-se de grande expectativa a sua transformação em futuro município, com o já escolhido nome de Esperança Nova.

Trata-se de uma área de quase 140 milhões de metros quadrados, com mais de 5 mil habitantes e cujo desenvolvimento é a olhos vistos.

Possui um comércio forte, com 21 bares e mercearias, 05 cerealistas, 05 oficinas mecânicas, 04 barbearias, 01 Cartório de Registro Civil, 01 Fábrica de móveis, 01 serraria, 01 Entre Posto Banestado, 01 Farmácia e 01 Escritório de Contabilidade, além de 01 Posto de Gasolina, perfazendo 41 estabelecimentos comerciais na futura sede do município. O número de empregos diretos nesses estabelecimentos é de cerca de 174 pessoas, sem citar as pequenas e médias propriedades rurais e semi-urbanas ao redor da sede.

Conforme a legislação vigente, foram colhidas e anexadas a esse Projeto de Resolução abaixo-assinados de cerca de 113 assinaturas, devidamente com firma reconhecida, além de anexadas fotos aéreas do patrimônio do novo município.

Trata-se de fazer justiça à presente proposta, visto a emancipação ser um fato

irreversível, a partir da disposição dos futuros municípios e do progresso que dia-a-dia se verifica naquela localidade.

O Padre Antonio dos Santos, o Vereador Bié, as famílias dos Pícoli Braga, Amorim, Cavichioli, Ostapenko, Alcantara, Ortega, Ferrari, Mazzei, Mardegan, Gomes, Zanetoni, Mantovani, Polacci, Caputto, Franco, Marques, entre tantos outros milhares não citados, mas de igual importância aguardam ansiosos a aprovação do requerido e a conseqüente oportunidade para realização do plebiscito.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 321/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Mariluz, o imóvel de 8.100 m2 de área, localizado na Quadra n. 8-B, constando os lotes de ns. 01 a 18, da Planta Geral do Jardim Bonfim, situado na cidade de Mariluz, Estado do Paraná, abaixo especificado.

#### CARACTERÍSTICA E CONFRONTAÇÕES:

Medindo 90 metros de frente para a Avenida Marília e 90 metros de fundos, onde divide com a rua Presidente Epitácio Pessoa e 90 metros de um lado onde divide com a rua Marajó e 90 metros de outro lado onde divide com a rua Walt Disney - desmembrando-se da maior porção objeto da transcrição n. 1.212, conforme consta no livro n. 3, da Transcrição das Transmissões, do Registro de Imóvel de Goioerê.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O imóvel em tela, pertencente ao Governo do Estado por se encontrar sem uso e se localizar no perímetro urbano do município e Comarca de Mariluz, conforme certidão anexa, em muito serviria à municipalidade, visto ser uma área ideal para a implantação do projeto de grande alcance social para a comunidade.

Portanto, a aprovação, por parte desta Assembléia Legislativa, para que a doação do referido imóvel possa ser transferido para o município, seria um procedimento correto e esperado.

PROJETO DE LEI N° 322/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Monastério da Ordem dos Místicos, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Associação religiosa nos moldes do Direito Canônico, constituída segundo a legislação civil, como pessoa jurídica de direito privado, o Monastério da Ordem dos Místicos tem por finalidade proclamar o Evangelho e o Criador, como movimento religioso, científico e filosófico.

Tendo como objetivo, também, a aplicação e o desenvolvimento do conhecimento tanto na religião, como na ciência e na filosofia, o Monastério da Ordem dos Místicos tem sede nesta Capital, à rua José de Alencar, 1214, 2° andar, conj. 21.

Fundado em 1983, o Monastério tem desenvolvido um trabalho de destaque junto à comunidade paranaense, inclusive, com a construção de igrejas em Curitiba e Palmeira, em conjunto com a Igreja Católica Ortodoxa Americana. Nessas igrejas, o atendimento é feito por monges e freis, preparados para prestar atendimento espiritual à população em geral.

Se a Constituição Federal garantiu a liberdade religiosa e de culto não pode o Poder Legislativo deixar de reconhecer uma entidade dessa natureza como de Utilidade Pública, tendo como fundamento o seu trabalho em favor da comunidade.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 323/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a rodovia José Gonçalves D'Ávila, que liga o Município de São João do Ivaí ao Município de Godoy Moreira, numa extensão de 34 km.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.91

(a) EDSON SILVA LINO.

#### JUSTIFICATIVA:

A rodovia José Gonçalves D'Ávila, possui uma extensão de 34 km, interligando os Municípios de São João do Ivaí e Godoy Moreira.

Após o desmembramento de São João do Ivaí, a rodovia em questão passou a pertencer ao Município de Godoy Moreira, que tem sua força econômica calcada na área rural. E, para prover seu desenvolvimento, se faz necessária a participação decisiva do Estado.

A reivindicação de estadualizar a rodovia, vem de encontro as aspirações da classe política e da comunidade local, para melhor trafegabilidade e escoamento da produção agrícola.

O Município de Godoy Moreira conta com apenas 2 (dois) anos de existência e não tem condições financeiras para arcar com a manutenção do trecho em questão, que será solucionado com a estadualização da rodovia.

A pavimentação foi feita pelo Governo do Estado que julgamos não ter maiores dificuldades na sua estadualização.

PROJETO DE LEI N° 324/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção e Amparo ao Deficiente Físico e ao Idoso Carente - APADEFIC, com sede no Município de Porto Vitória.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.91

(a) ROSSONI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em junho de 1987, por iniciativa de um grupo de pessoas da comunidade que, preocupados com os velhinhos abandonados e com os deficientes abandonados ou pertencentes a famílias carentes, sem condições de mantê-los, resolvem criar uma entidade para assim ampará-los.

Atualmente, atendem 20 (vinte) internos, oriundos de vários municípios vizinhos, os quais recebem roupas, alimentação, e medicamentos, além de moradia, sobrevivendo somente através de campanhas e arrecadação da comunidade.

Assim sendo, entendemos procedente o pedido de declaração de Utilidade Pública, e esperamos pelo aceite do mesmo, pelos ilustres Pares da Casa, promovendo o bem-estar da comunidade.

PROJETO DE LEI N° 325/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Senhoras de Rotarianos de Catanduvas (PR)", com sede no Município de Catanduvas-PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública é uma Sociedade Civil de caráter assistencial, moral, cultural, sem fins lucrativos e que tem por finalidades, entre outras, cooperar e auxiliar sociedades filantrópicas ou obras assistenciais e educativas; manter e orientar creches, lares, escolas e outras obras assistenciais necessárias à comunidade e ao bem-estar da coletividade.

Assim sendo, face ao exposto, por haver motivos mais do que suficientes para a declaração de utilidade pública, estamos solicitando dos nobres colegas o devido apoio ao Projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI N° 326/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública a AMUPS - Associação de Microunidades de Produção e Prestação de Serviços de Curitiba e Região Metropolitana.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.91

(a) NEIVO BERALDIN.

JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita com base na Lei n° 6.994, tendo em vista que a AMUPS é cumpridora de todos os quesitos previstos no artigo 1°.

A AMUPS foi fundada em 26 de agosto de 1989, em Curitiba/Pr, é possuidora de personalidade jurídica, tendo seus registros de Estatuto no RTD do 8° ofício sob n° 1714 de 12.03.90.

Possui CGC/MF n° 81.910.606/0001-66, tendo sua sede administrativa na Rua Gilberto Pinto Milleu, 126 - em Curitiba/Pr.

Sua Diretoria não possui nenhuma forma de benefícios ou remuneração, bem como seus sócios.

Suas atividades foram ininterruptas desde sua fundação, seu relatório referente ao último exercício demonstra seus bons serviços e o cumprimento de seus objetivos que são o de representar os interesses de seus associados, bem como viabilizar as vendas de produtos e compras de matérias-primas.

ANEXO A ESTE PROCESSO: Cartão de CGC, Declaração de não remuneração dos Diretores, Relatório do último ano (1990/91), Estatuto e Ata da Eleição da Diretoria. Ata da 15.ª Assembléia e Declaração da SEJU.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - É lida e aprovada a Ata.

Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao De-



O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero nesta Tribuna registrar que acompanhado do Deputado Federal Pedro Tonelli estivemos num roteiro de trabalhadores neste último final de semana, cumprindo nossos compromissos assumidos com os trabalhos do Paraná, durante a campanha na região noroeste do Estado, onde estivemos nas cidades de Terra Roxa, Altônia, São Jorge do Patrocínio, Pérola, Umuarama, Vila Alta, Ivaté e Doradina, com o objetivo de conversarmos com os trabalhadores, com o povo do Paraná e perceber as suas dificuldades. Constatamos o desespero dos bóias-frias do norte do nosso Estado, a preocupação dos pequenos plantadores de café, alguns nos relatam que tiveram que plantar café, contratar o café na folha ao preço de 420 cruzeiros e depois ter que entregar o produto a esse preço quando tinha que pagar esse valor à colheita do saco de café, e também a preocupação que constatamos dos servidores públicos estaduais do nosso Estado e do povo em geral que não é novidade para todos nós.

Com a situação econômica e social do País é lastimável a situação de vida do nosso povo, neste roteiro tivemos que suspender a nossa passagem pelo município de Guaíra, na sexta-feira, em função de um acontecimento trágico e lamentável ocorrido no Estado do Paraná neste último fim de semana no distrito de Tamarana Lerroville, o despejo dos agricultores sem terra naquela ocupação naqueles distritos. Uma verdadeira batalha que resultou em vinte e seis feridos, vinte e um sem-terras e seis policiais, oito hospitalizados, seis sem-terras e dois policiais. É condenável quando se trata o problema da terra e da reforma agrária em nosso País desta forma como se viu neste último fim de semana no Estado do Paraná.

Um problema social que as autoridades do Estado e do País não têm a coragem de enfrentar politicamente, e usam do poder da força e do poder político para impedir que pessoas que queiram trabalhar para sobreviver possam fazer isso. Por um lado a injustiça e a força impedem que pessoas trabalhem para ganhar o seu pão de cada dia, por outro lado da mesma forma se reprime com violência as violências causadas por fruto dessas injustiças sociais que se obrigam a procurar meios escusos de sobrevivência.

Os jornais deste último fim de semana publicaram notícias estarrecedoras quanto a desocupação e o despejo da fazenda no Distrito de Lerroville, a Fazenda que se localizava naquela área chamada Guairacá.

Eu quero registrar alguns trechos do jornal "Folha de Londrina" que descreve a

tamanha violência e a forma como se fez a brutalidade naquele ato. A tensão cresceu enquanto os soldados avançavam contra mulheres raquíticas e crianças subnutridas e famintas, lhes atiravam pedras. Melhores aparelhados e treinados além de serem quase três por um, os soldados avançavam rapidamente, vencendo a batalha contra famintos e subnutridos lavradores.

Os policiais humanos que são, urram de entusiasmo pela vitória, xingam os sem terra e alguns os agridem gratuitamente.

O SR. PRESIDENTE (Alagaci Túlio) - Vossa Excelência passa a partir deste momento a usar o horário da Liderança do PT.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - ...que abriga, no fundo 80 alqueires de mata nativa, pode se avistar duas fogueiras que queimavam colchões e restos de mudanças dos bagulhos daqueles miseráveis que lá estavam a procura da sua sobrevivência.

Dados nos mostram que João Ribeiro da Silva, espancado e com um braço quebrado está desaparecido até hoje. Tortura de menores e de adultos na frente das crianças, trazendo-lhes problemas até psicológicos. Crianças levadas à delegacia, na intimidação para assistirem seu pai e sua mãe darem depoimentos, as custas de pressão psicológica, depois de terem percebido a batalha carnificina naquele local. Oitenta pessoas sem terem para onde ir, se encontram hoje abandonadas no Distrito de Tamarana porque as suas poucas coisas, objetos, equipamentos da sua casa foram queimados e esvaquiados no despejo, nem aquilo lhe restou. Quarenta por cento das pessoas, (que são aproximadamente trezentas), perderam os documentos, quando muitos deles foram tomados pela polícia e até agora não se sabe onde estão os referidos documentos das pessoas que lá estavam. Crianças escondidas num barraco, após perceberem a guerra que se aproximava, viram esses barracos serem invadidos por policiais com foices na mão destruindo tudo, quando suas mães pediam que não fizessem esta violência contra as crianças, tinham a resposta de que filhos de sem terra não são gente.

O compromisso que o Governo do Estado assume neste ato, tem como prova 40 jagunços armados que juntamente com a polícia participaram da carnificina ocorrida naquele local.

Vimos aqui estampado na Folha de Londrina, depoimentos de pessoas que nos entristecem: Bateram muito em mim. Me atiraram no chão, foi um vexame. Foi muito feio, dizia Ana Fernandes, estava no barraco e um policial chegou chutando tudo, até a comida que a gente tinha para passar

o dia e a semana.

Pegaram alguns homens e afogaram na bica de água para eles dizerem que eram os líderes do movimento. Arrancaram as roupas de alguns homens na nossa frente e bateram para valer, dizia Maria Canan. Estes atos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, provam a forma como se tratam os problemas sociais neste País e também porque não neste Paraná.

Temos informações de que o ex-Prefeito de Londrina, Wilson Moreira esteve em conversa com o Sr. Governador e se diz em alto e bom som que Wilson Moreira é o candidato do Governador Requião a prefeito de Londrina na próxima eleição.

Está se fazendo uma sindicância para se apurar as causas porque segundo as pressões o ex-prefeito Wilson Moreira é proprietário de áreas de terras perto dessa fazenda e o ITCF deu um laudo de terra produtiva e que fazendeiros solidários é lógico com seu amigo, lhes forneceram gado para antes do ITCF executar o laudo, o gado foi transferido para a fazenda, para provar que a fazenda era improdutiva. E as pressões do ex-prefeito de Londrina fizeram com que ajudasse a decisão tomada pelo Governador Roberto Requião.

Isto prova o compromisso que o Governador tem assumido com os grandes empresários, proprietários de terras do Paraná, e que o seu compromisso de resolver os problemas do Paraná como o belo programa Paz na Terra cai por terra e poderemos até sugerir a troca de nome: em vez de Paz na Terra, Paz Eterna, porque muitos irão morrer de fome se deste modo se tratar o problema da reforma agrária em nosso Estado.

O problema social de milhares de famílias que não têm onde se alojar ou tirar seu sustento e os seus alimentos. Tenta-se difamar pessoas, lideranças, pessoas de bem, que tem boa índole, quando são presos tenta-se incriminar que, são profissionais de ocupação de terras, quando na verdade algumas das pessoas que foram presas eram agentes de pastorais que com compromisso religioso estavam no local naquele dia para ajudar as pessoas que lá estavam, a refletirem os seus problemas.

Esta decisão do Governo do Estado, na nossa opinião, no nosso entendimento, vem fortalecer o Governo Collor, que trata também desta forma, com abandono, com desprezo, a questão da reforma agrária em nosso País, já denunciávamos aqui em outras oportunidades que decretos de desapropriação de áreas estão caducando pelo desinteresse do Governo Federal em agilizar a solução desses problemas.

Diz o jornal "Folha de Londrina" que os urbanos, acostumados com outros prazeres, talvez nunca irão entender a garra

desses homens e mulheres sem-terra que teimam em contrariar a lógica das leis, pois sua lógica é mais simples: querem terra para plantar, sonhar e viver. Dizia um sem-terra desiludido, desesperado da forma como foi o seu despejo: o olhar vazio da desesperança não nos estimula a sobreviver. O Governador Roberto Requião, o mesmo que criou o Decreto n° 582/91 para impedir que nenhum despejo de sem-terra fosse feito sem o seu consentimento, na certa estará recebendo hoje relatórios otimistas sobre a missão cumprida e quem quiser que arrume uma vaguinha de bóia-fria para estas trezentas famílias, sendo eles, de sem-terra, que ousaram sonhar em substituir o boi pelo seu trabalho, pelo seu pão, na fazenda Guairacá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador tomou algumas decisões há alguns dias passados, abrindo as fichas do DOPS no Paraná, sendo manchete nacional e agora vimos a sua autoridade colocada neste fato, contradizendo a sua pregação democrática de que está ao lado dos menos favorecidos.

Dizia ele em seu discurso de posse que vinha dos barracos queimados e das casas derrubadas, referindo-se ao episódio da destruição do caso "Ferreirinha", na televisão. Provavelmente a sua justificativa, neste fato, seria talvez a de estar nos barracos e depois denunciar ou tomar conhecimento para sentir e não perceber o seu coração duro, a fome e a miséria que se espande por este Estado e desta forma como se viu autorizando este tipo de massacre a pessoas que querem sobreviver em nosso Estado do Paraná.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que casos como estes, que não são um problema policial, mas sim um problema político e social, sejam encarados desta forma em nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna nesta tarde para tecer comentários e solicitar providências sobre a eletrificação rural do nosso Estado.

Se o êxodo rural é um problema que nos últimos anos agravou a situação de vida das grandes cidades, tirando o homem do campo, nós sabemos que a eletrificação rural tem sido um benefício que tem amenizado e diminuído o grande número de agricultores que procuraram deixar o campo para vir para a cidade.

E nós temos que registrar aqui desta

tribuna os consideráveis avanços que o Estado do Paraná deu à eletrificação rural. No Governo Richa, tivemos o lançamento do "Clic Rural" que de início projetava 80 mil novas propriedades ligadas por energia elétrica, acabou atingindo neste mesmo Governo, sob a coordenação de Ary Queiroz, diretor-presidente da COPEL, a considerável cifra de 120 mil ligações de propriedades rurais.

O Dr. Francisco Gomide, que substituiu o Dr. Ary Queiroz, e que até hoje preside a COPEL, tem continuado esse programa. E é com muita satisfação que nós registramos, no atual Governo Requião, a continuidade desse programa com inovação no pagamento do custo de energia elétrica.

O programa lançado há poucos dias, pelo qual o agricultor poderá pagar o curso da ligação através da sua produção agrícola, através da colheita do milho, é um avanço significativo, e podemos dizer que o Paraná atingirá a médio prazo o total de 100% das propriedades rurais com ligações diretas de energia elétrica. Isso é conter o êxodo rural.

Nós sabemos que a propriedade agrícola que possui energia elétrica traz o conforto ao agricultor e dá condições de melhoria e de condições de vida para a sua família.

Nós, além de apoiarmos esse programa, queremos aqui desta tribuna trazer um requerimento que estamos encaminhando ao Governador do Estado e ao Diretor-Presidente da COPEL, para que se corrijam distorções que existem sobre propriedades agrícolas que já tiveram a ligação de energia elétrica. Nós sabemos que há alguns anos atrás muitas propriedades agrícolas tiveram a ligação da energia através das cooperativas de eletrificação rural ou através de empresas privadas. Hoje algumas dessas cooperativas foram desativadas, e o agricultor que fez a ligação elétrica através de empresa particular, é obrigado, quando tiver problemas na rede, a contratar serviços particulares, para a manutenção e a possibilidade do não desligamento da energia elétrica.

A COPEL tem recebido doações dessas redes; os agricultores concordam em doar as redes da energia que pagaram, para que a COPEL assuma a manutenção das mesmas, mas ao receber a doação, tem exigido ônus do agricultor, quer que o agricultor reforme a rede antes de fazer a doação. E esta reforma exige valores altos e consideráveis, o que impede muitos agricultores de doarem a rede à COPEL para terem a manutenção da própria Companhia de Energia Elétrica.

O nosso requerimento é ao Governador e ao Diretor da COPEL, no sentido de que isente esses agricultores de pagarem esse

ônus ao doar a rede à própria COPEL, porque nós consideramos injusto, que seria a mesma forma que alguém doasse uma casa a outro alguém e esse que recebeu a doação exigisse que antes se fizesse a reforma da casa ou do automóvel. A COPEL está exigindo, antes de receber a doação, a reforma da rede. Nós consideramos injusto e estamos solicitando ao Governador e ao Diretor-Presidente da COPEL, que corrija essa distorção e atenda aos agricultores do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Nós queremos registrar e saudar a presença, entre nós, nas tribunas, dos estudantes da PUC, da Cadeira de Direito, que estão participando de um estágio de legislativo simulado. Os estudantes vão atuar como parlamentares acadêmicos durante uma semana nesta Casa e na próxima sexta-feira nós teremos, neste Plenário, uma sessão simulada, conduzida pelos próprios estudantes. Trata-se de uma contribuição deste Poder Legislativo, na preparação de futuros parlamentares do Estado do Paraná.

Aos estudantes, a nossa saudação.

No Pequeno Expediente ainda, com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado que me antecedeu já tocou no assunto lamentável, que é o episódio ocorrido na cidade de Londrina.

Mas nós queremos, antes de entrarmos no episódio de Londrina, citar aquilo que diz aqui, no Jornal de Londrina, onde, antes de serem vítimas da violência policial do Governo do Paraná, esses trabalhadores procuraram os representantes do governo que lá estiveram, para uma saída pacífica para o entendimento e aqui está muito bem dito, quando o Sr. Herbert Silva chegou ao local às 15:30 horas e puderam presenciar os barracos mal-feitos, mulheres doentes e crianças descalças e famintas e dizia um daqueles acampados: "Lamentou o insucesso da visita, mas aproveitou para pedir aos representantes do governo, um apoio para o movimento, nem que seja para o envio de remédios e alimentos".

Aí, vem mais adiante, o que nós consideramos lamentável, quando o Governo avoca para si o direito dele, Governador, dizer se a força policial vai ser utilizada ou não, para reprimir movimento de trabalhadores. Nós temos essa marca, porque sabemos muito bem como é que também o seu assessor, dito como democrático na época, tratou os movimentos dos trabalhadores, em especial os professores do Paraná, no dia 30 de agosto de 1988.

Tudo isto é muito bonito quando o

Secretário da Segurança, hoje pela manhã, vai à televisão e diz que o policial, se preciso, e antes de qualquer violência, leva o cidadão até no colo. Não sabemos o que ele leva no colo. Deve ser de fato a violência que, lamentavelmente, os jornais do Paraná estapam como sendo uma iniciativa do Governo do Estado e aqui se prova que também aquilo que foi denunciado nesta tribuna a respeito da invasão do DCE da Universidade Federal do Paraná foi uma iniciativa do Governo do Paraná. E até hoje a resposta que ficou acertada a esses Parlamentares, até ontem, e quem sabe hoje ela virá de forma concreta do porquê daquele ato de violência também contra aqueles estudantes.

Assistimos, lamentavelmente, quando se diz de um programa para se ganhar voto, para se ganhar a eleição, que é o "Paz na Terra", semelhante à recuperação do IPE, semelhante a salários-dígnos, a respeito do trabalhador que, infelizmente, fica apenas nos discursos de palanque e quando se chega ao Poder atua-se de forma violenta, de forma desrespeitosa, de forma lamentável para denegrir a imagem do Estado do Paraná como sendo de fato o Paraná da violência.

Acreditamos que podia se mostrar violência tamanha nesta guerra, nesta guerra de mídia às custas do dinheiro do Paraná, entre Quércia e Requião. Esta podia ser violenta, mas jamais o trabalhador que está passando fome, o trabalhador que está exigindo e que está pedindo que alguém o ouça, o trabalhador que está exigindo que alguém o veja porque sua família está passando fome.

E nós acreditamos que este fato lamentável denigre a imagem do Paraná, hoje estampado nos órgãos de imprensa... temos certeza de que esta imagem há de se perpetuar se as organizações sindicais, se os movimentos dos trabalhadores, de fato, não se organizarem de forma a combater esta turbulência.

E quer nos convencer o Governo do Paraná, quer nos convencer o Secretário de Segurança, que eles foram recebidos à bala. E nós vemos aí a contradição. E acredito até, Srs. Deputados, que os "molotov" citados, os revólveres citados, pelo jeito deveriam estar nas mãos dos policiais e aqueles trabalhadores deveriam estar armados de cacetetes, deveriam estar armados de metralhadoras, deveriam estar muito bem entrincheirados para receber a polícia que veio de forma violenta. E se era tão transparente esta violência, por que Governo do Paraná não admitiu que a imprensa mostrasse a realidade? Que a imprensa tivesse acesso àquele momento de violência? Se era tão justa, se era tão correta a forma tão truculenta com que agia o Gover-

no do Paraná, devia este Governo, ter dado mais espaço à imprensa para que pudesse, de fato, mostrar os verdadeiros episódios, os verdadeiros momentos lamentáveis que se registraram naquela invasão. E nós estamos vendo que isso não foi possível porque prevaleceu a truculência da Polícia do Paraná mandada pelo Sr. Governador, da Polícia do Paraná que agiu violentamente, como violentamente vem atingindo, sendo atingidos todos os trabalhadores do serviço público, indistintamente.

Queremos registrar, em nome do Partido Socialista Brasileiro, o nosso descontentamento.

Queremos registrar a nossa insatisfação.

E, queira Deus, que isso não seja de fato um dos motivos que levam a instabilidade que hoje reina e paira; porque não adianta abrir arquivos do DOPS quando a violência é feita por aqueles que querem fazer demagogia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

O Partido dos trabalhadores alertava já quinta-feira última, que a situação do Município de Londrina, mais especialmente na Fazenda Guairacá, poderia resultar num conflito social de graves proporções.

Nós constatamos também no Diário Oficial de quarta-feira, dia 7, que o Governo do Estado do Paraná baixou um Decreto, de número 643, regulamentando os procedimentos administrativos que precedem a desocupação de áreas por força policial. Desocupação esta, requisitada pela autoridade judicial.

Mais do que isso, o Decreto nº 643 diz claramente em seu art. 3º, "que o Secretário de Segurança Pública, para orientar o deslocamento, convocará Comissão Especial que deverá proceder estudo da situação, especialmente os riscos dos distúrbios sociais do cumprimento da ordem, devendo promover esforços no sentido de encontrar soluções pacíficas, inclusive avaliando a possibilidade de transferências ordenadas para outras áreas, sempre por meios suaves". Ou seja, o decreto baixado pelo próprio Governador sobre encomenda de grupos ligados às questões da terra no Paraná, dizia que há que se promover sempre um estudo anterior à determinação do envio de força policial, para evitar exatamente que esses problemas gerados com a ocupação de áreas improdutivas, acabem se tornando problemas de ordem social muito grave.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, Sr.

Presidente, estamos apresentando um requerimento e estamos requerendo do Governo do Estado do Paraná, que nos envie os estudos que determinaram e que concluíram pelo envio de forças policiais à localidade de Lerroville, na cidade de Londrina.

Nós, conforme já dois que me antecederam nessa tribuna, dois Deputados, a operação impetrada pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar, acabou gerando diversas vítimas, espancamentos de crianças, torturas, etc.

Nós do Partido dos Trabalhadores lamentamos muito, ainda mais à guisa do que dispõe esse decreto e a responsabilidade por essa operação, foi direta e pessoal do Sr. Governador do Estado do Paraná, que hoje, ao dizer às câmeras de televisão, que se o governo é de esquerda, na verdade a credibilidade sobre tal afirmação é a mesma credibilidade que tem o Sr. Fernando Collor de Mello, quando diz que o seu governo é dos "descamisados".

Trata-se lamentavelmente para nós, a constatação de que esse Governador é um canastrão. Fala em ser o governo da esquerda na televisão, mas empunha o espadim que ganhou, o espadim Tiradentes, para com a direita, queimar barracos, destruir famílias, destruir sonhos, torturar.

Promover a criação no Paraná de uma vergonhosa organização de espionagem dentro da Polícia Militar, ao mesmo tempo que ocupa as páginas dos jornais a nível nacional, para se vangloriar sobre a abertura do DOPS.

De duas, uma: ou esse governador é efetivamente um canastrão piorado, a exemplo do Presidente Collor, ou efetivamente ele não passa de um fantoche nas mãos das forças reacionárias do Estado, das forças de direita, em especial da UDR.

Não podemos admitir que esse Governo que foi o depositário da esperança de milhares e milhares de trabalhadores sem-terra no Paraná, hoje se transforma num carrasco. O carrasco de Lerroville (sic).

Por isso, entendemos que nesse momento o povo do Paraná deve ser alertado. O povo do Paraná foi enganado por este Governo que se elegeu falando daqueles que outrora "grilavam" as terras assassinavam trabalhadores rurais e usavam de violência.

Não podemos admitir que este Governo permita que sua Polícia Militar seja comandada por grupos de jagunços, como vimos nesta operação. E segundo consta, foram estes mesmos jagunços que iniciaram um conflito armado, porque estavam junto com os policiais e iniciaram tiros, iniciaram agressões contra trabalhadores rurais, indefesos e famintos.

Por isso, Sr. Presidente, nós esperamos, através deste requerimento, que as conclusões desta Comissão venham a públi-

co, para que o povo do Paraná possa responsabilizar politicamente aqueles que traíram as causas pelas quais se elegeram. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Registramos com satisfação a presença da vereadora Maria Amélia Tartarotti, Presidente da Câmara do Município de Mallet.

Encerrado o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Declino.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Tendo declinado, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra à liderança do PMDB, na pessoa do Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É lamentável que tenhamos que ocupar a tribuna na tarde de hoje, a exemplo de outros Deputados, para nos reportar a fatos que certamente são desagradáveis para todos nós.

Mas é necessário, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a verdade dos fatos não seja aquela apenas e tão somente posta através de palavras daqueles que anteriormente ocuparam a tribuna. E falo principalmente dos Deputados do PT, que falam em nome de uma Bancada que, sistematicamente nesta Casa, têm ocupado a tribuna da Assembléia para tecer críticas, formular denúncias sem fundamentação às ações do Governo do Estado do Paraná, hoje tendo à frente Roberto Requião.

Quando Vossa Excelência, Deputado Ernani Pudell, questiona a postura política do Governo de não ser de esquerda, talvez e de fato ela não seja de uma esquerda como a de Vossa Excelência e a dos demais integrantes do PT, na Assembléia. Porque ela é uma esquerda consistente, consciente. E não uma esquerda festiva e muitas vezes arruaceira, como tem sido a esquerda praticada pelo PT.

Quando Vossa Excelência vem aqui taxar o Governador de uma postura de canastrão, eu não sei em que tipo de postura eu incluiria a Prefeita do PT de São Paulo: se canastrão ou canastrona ou canastrina; não sei se existem estas palavras todas, quando ela permite e até apóia, pelo que deu a entender à imprensa, que moradias na cidade de São Paulo fossem também desocupadas e destruídas por força policial. E a imprensa denunciou isto fartamente, nos dias anteriores.

Eu não sei se Vossa Excelência quer estabelecer uma verdade através desta

esquerda festiva e arruaceira, muitas vezes praticada por Vossa Excelência e pelos demais integrantes do PT nesta Casa, ou quer que todos tenham uma venda nos olhos, para não enxergar os fatos que acontecem pelo Brasil inteiro...

O Dr. Rosinha - Permite um aparte, Deputado?

O SR. ORLANDO PESSUTI - ... e que muitas vezes são fatos que desolam a todos nós, e que são praticados sob a batuta do PT Nacional.

Concedo aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva - Nobre Deputado, ouvindo o pronunciamento que, para mim é mais demagógico do que do interesse da comunidade, do Deputado do PT, nós sabemos que a polícia nada mais cumpriu do que uma ordem judicial, isto não é a vontade do governador. Todo mundo sabe e eu acho que todos os Deputados sabem que o direito de propriedade deve ser respeitado. A Polícia, como chama ele "a Polícia do Governador", que é a polícia do Paraná, cumpriu uma ordem judicial.

Eu quero perguntar ao Deputado Ernani Pudell, se ele assistiu à semana passada, a determinação, aí sim, da Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, que tirou os camelôs das ruas, com a Polícia, e que as pessoas se ajoelhavam, na maior angústia, chorando, levando e quebrando a mercadoria para dentro do caminhão. Será que isso não é do Brasil? Essa é a determinação da Prefeita do seu partido, Deputado, Luisa Erundina. A Polícia do Paraná cumpriu ordem judicial. Se invadirem a sua casa, eu tenho certeza que V.Exa. vai recorrer à Justiça, e tenho certeza que o Governo do Estado garante o direito da propriedade de V.Exa!

Agora, em São Paulo, Deputado, foi determinação da Prefeita Luiza Erundina, que chamou a Polícia, tirou os camelôs da rua, no cacete, um ato vergonhoso e eu sei que o nobre Deputado também não gostaria de assistir a esse ato.

Por isso, vamos colocar de lado o discurso demagógico, por outro lado, aquele discurso que nós precisamos assistir e que realmente vêm engrandecer esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vejam Vossas Excelências as afirmações do Deputado Dobrandino, elas antecedem aquilo que nós íamos reprisar, porque necessário não era, mas tendo em vista o pronunciamento, não se justificava realmente as afirmações do PT, e até mesmo do

PSB acerca desse assunto.

O Governador Roberto Requião, se autorizou a utilização da força policial o fez mediante determinação da Justiça desse Estado.

Não foi ele que foi pedir à polícia que entrasse lá, foi a Justiça que assim determinou.

E aqueles que conhecem o Governador Roberto Requião, desde a sua mais tenra idade como militante político, nos diretórios acadêmicos, sabem perfeitamente do lado de quem que ele sempre esteve e de quem sempre ele está!.

Agora, o governador Roberto Requião afirmou e os jornais publicaram, ele não aceitará que arruaceiros, que pessoas que não tem nada a ver com os agricultores, sem-terra, tentem bagunçar o movimento dos sem-terra.

Ainda, sexta-feira, quando dei carona a um cidadão humilde, de Lunardelli, ele me dizia que até um padre de Rondônia tinha estado lá naquela localidade, organizando o movimento.

Não sei porque teriam que buscar alguém de Rondônia, um pároco de Rondônia, sendo que por lá tem tanto.

Então nós vemos que a coisa está mais ligada aos movimentos de desmoralização do Governo, de desmoralização dos movimentos dos sem-terra, porque até hoje o Governador sempre prestou atenção especial ao movimento dos trabalhadores sem-terra!

E Vossas Excelências são testemunhas físicas que em todas as ocasiões em que o Departamento Rural da CUT foi ao Palácio Iguazu o Governador os atendeu e ouviu as suas reivindicações e entre elas estava a questão dos sem-terra.

Eu concedo o aparte ao nobre Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Eu achei importante a minha participação, o Senhor é Líder do PMDB e eu queria deixar aqui o meu depoimento e manifestar o meu apoio à atitude do Governador!

Pela primeira vez, nesta Casa, eu apoio a atitude do Governador.

Porque o que está ocorrendo, no Paraná, em muitas situações são situações que não devem ser aprovadas por uma pessoa consciente só pelo belo prazer de se fazer oposição.

Em Bituruna foi invadida uma fazenda de cinco mil alqueires, ocupada, e hoje os sem-terra já estão trabalhando lá, mas como terminou a madeira, a erva-mate e outros objetos que poderiam ser vendidos em cima daquela área, invadiu-se uma pequena propriedade ao lado, aonde aquele cidadão tem a única propriedade que é aquela, foi invadida por quarenta pessoas, que só procurando entrar nesta propriedade para ven-



der o que tem em cima daquela propriedade.

Então, eu quero aqui manifestar o meu apoio e deixar o meu pedido a Vossa Excelência que leve o pedido ao Governador, que mesma atitude que teve em Londrina, que se tenha em Bituruna, na fazenda daquele humilde trabalhador, daquele humilde, pessoa que só tem uma propriedade e que também foi invadida por essas pessoas que devem ser retiradas porque já têm ordem judicial.

O SR. ORLANO PESSUTI - Eu agradeço Vossa Excelência e lamento não poder conceder o aparte ao Deputado Florisvaldo, já que eu tinha inscrito o Deputado Dobrandino e havia solicitação anterior do Deputado Rossoni.

E quero dizer ainda mais ao Deputado Ernani Pudell de que iremos buscar perante a Polícia Militar esclarecimentos de quais foram os policiais que compareceram a essa operação, para que eles, se entenderem necessário, façam a manifestação judicial que se fizer necessário, para que o Deputado prove que eles são jagunços e não policiais militares.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Só para esclarecer o nobre Deputado que estava na Tribuna, uma vez que já é praxe dele não me conceder aparte em nenhuma de suas falagens.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A sua questão de ordem não procede porque o Deputado tinha intenção de lhe dar o aparte mas o tempo esgotou.

Vossa Excelência vai se referir ainda ao pronunciamento do Deputado Pessuti?

Não, aí não cabe.

Com a palavra a Liderança do PTB.

Declina.

Com a palavra a Liderança do PL.

Declina.

Com a palavra a Liderança do PFL.

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados, caros paranaenses que nos honram com a vossa visita.

O motivo que nos traz a ocupar a tribuna no dia de hoje se reveste num fato amplamente noticiado pela imprensa nos últimos dias, que envolve o meu Município e a minha cidade, Marechal Cândido Rondon, sobre um possível esconderijo existente nessa cidade, para esconder o líder nazista carrasco Joseph Mengueli.

Senhores Deputados, eu vim para o Paraná, e mais precisamente para o Município de Marechal Cândido Rondon, em 1972, as primeiras pessoas que chegaram no então sertão do Oeste do Paraná, colonizaram, desbravaram e construíram uma agricultura

forte no extremo Oeste do Paraná.

Tudo isso aconteceu em 1950, colonizada pela colonizadora Rio Paraná, a empresa denominada como Maripa, pelo seu colonizador Willie Bart.

Nos tornamos Município em 1960, temos hoje 31 anos de vida própria, de administração política-administrativa. Na sessão de hoje, eu trago um requerimento para que seja inserido nos Anais desta Sessão, o Editorial publicado no Jornal o Paraná da cidade de Cascavel, pelo seu editor Chefe Emir Sfair publicado no dia 08 de agosto próximo passado.

Caro Presidente, Senhores Deputados, Erich Erdstein, um antigo integrante e membro da DOPS, aliás que tem publicado também um livro onde entre inúmeras questões levantadas e transcritas para a ficha do DOPS eu gostaria de apenas relatar neste momento alguns fatos pitorescos, dizia o autor do livro que na cidade de Marechal Cândido Rondon a Rádio Difusora na época estava no ar, 24 horas e tocava música das marchas alemãs lembrando o nazismo de Hitler o que não corresponde com a verdade.

Dizia o autor desse livro, também, que haviam ligações subterrâneas ligando uma casa com a outra para esconder os nazistas fugidos da guerra.

Eu não quero dizer neste momento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que talvez até tenham passado por Marechal Cândido Rondon, Toledo, Cascavel, Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, em qualquer cidade do Paraná ou até do Brasil, não podemos discordar disso, mas o que nos traz a esclarecer alguns fatos neste momento aos Senhores Deputados são essas notícias que hoje são levantadas e muitas vezes a própria comunidade do meu município em particular são atingidos.

A guerra aconteceu na década de quarenta e poucos e conforme Erich Erdstein o homem estava escondido em 68, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Aliás esse mesmo Erich tem publicado na cidade de Marechal Cândido Rondon, na década de setenta, através da revista Manchete da revista Cruzeiro, na época, pegando uma fotografia do pai do Prefeito, hoje falecido, e de um fotógrafo de Marechal Cândido Rondon, que desfilavam em 1965, num jeep aberto em comemoração à semana da Pátria, o Sete de Setembro, e foram fotografados por um outro fotógrafo e posteriormente jogados também para a imprensa dizendo que um era o Bormann e o outro era o Klauss Barbie, quando na verdade isso nada era verdade apenas para ilustrar e esclarecer aos Senhores, dos faos, e essa possível casa de esconderijo eu aproveito a oportunidade para convidar os Senhores Deputados para irem visitar a cidade de Marechal Cândido Rondon, nós te-

remos a October de 26 a 30 de outubro, e naquela casa onde dizia, onde foi focalizada ontem e apareceu graciosamente, muito obrigado o Fantástico, é servido um café colonial muito gostoso, e serão servidos à todos os Senhores Deputados, para visitarem àquele possível esconderijo do Líder nazista e carrasco Joseph Mengueilli.

Eu gostaria, Senhor Presidente, Senhores Deputados que fosse transcrito nos anais da Sessão de hoje, o Editorial, que diz o seguinte:

(Lê).

#### OS PORÕES DA DITADURA

A abertura dos arquivos da extinta Delegacia da Ordem Política e Social do Paraná, recentemente transferidos para o Departamento Estadual de Arquivo Público, não pode servir como motivo para que se lance dúvidas sobre a fidelidade à democracia de comunidades de nosso País, como ocorre neste momento com a população de Marechal Cândido Rondon.

Alguns jornais estão divulgando o relatório produzido pelo austríaco Erich Erdstein, um agente especial da DOPS, que segundo os arquivos da Delegacia, constatou que o famigerado médico nazista Josef Menguele teria se escondido na região de Cândido Rondon, por volta de 1968.

Este Erich, que surge dos porões da ditadura para jogar lama numa comunidade trabalhadora e honesta, ganha notoriedade porque acusou a existência de movimentos neo-nazistas numa região que no período da guerra (39/43) praticamente não existia.

O autor do relatório, Erich Erdstein, lembra muito o Ministro da Infra-estrutura que discursando em Maringá afirmou que o viaduto desejado pelo Prefeito Ricardo Barros estava sendo aguardado "há mais de 106 anos pelo povo desta região", quando Maringá foi fundada há 44 anos apenas.

Ora, se os historiadores querem encontrar as raízes do neo-nazismo em nosso País, não precisam recorrer aos arquivos da DOPS e sim buscar na Biblioteca Pública os jornais do período anterior a guerra e mesmo no início das ações beligerantes, quando era possível notar em alguns setores do Sul do País e de Santa Catarina, uma forte tendência pró-nazismo.

Estes movimentos de então foram motivos, de forte repressão quando o Brasil declarou guerra a Alemanha e esta se estendeu por períodos bem mais amplos que os limites toleráveis por uma população, acusada de participar de horrores de uma guerra que já havia terminado em 45 e da qual ela só teve conhecimento à distância. Os descendentes de alemães que vieram para o Oeste do Paraná, nos anos 50, a maioria oriunda do Rio Grande do Sul e de Santa

Catarina, ajudaram a construir esta grande região e aqui se empenharam no árduo trabalho de derrubada da mata e de construção de uma nova civilização que hoje é motivo de orgulho para o Oeste e que deveria orgulhar também os paranaenses de Curitiba.

Já basta o que se fez com o grande artista plástico, Alfred Andersen, que vinha sendo acusado de ligação com o Partido Nazista e que morreu em 1935.

Ele foi confundido com um homônimo, outro Andersen, alemão, nascido em Eckerforte e, foi secretário de propaganda dos grupos neo-nazistas.

Nada tinha a ver com o pintor que viveu no Paraná e que carregou para o túmulo acusações imerecidas.

As mesmas que tentam armar, neste momento, contra o povo de Marechal Cândido Rondon, e que nós repudiamos em nome da nossa região.

Afinal a guerra contra a Alemanha terminou em 1945 e depois dela já aconteceram tantos fatos novos que não permitem mais que fiquem levantando o tapete do passado como se as condenações das pessoas que descendem de alemães devessem ser eternizadas.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Nelson Garcia, Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Neivo Beraldin, Emília Belinati, Mário Bezerra e Elio Rusch, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edison Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Direto-

ria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 033/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, declara de Utilidade Pública a Associação dos Vice-Prefeitos do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 108/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, autoriza o Poder Executivo a doar ao Sr. Manoel Alves, do município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 154/91, de autoria do Deputado Élio Rusch, que altera a redação do Art. 1° da lei n° 9.370, de 13.09.90, que cria o município de Mercedes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 203/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Querência do Norte - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 229/91, de autoria da Deputada Emília Belinati, declara de Utilidade Pública a Associação de Diabéticos do Estado do Paraná - ADEP, com sede e foro na cidade de Londrina-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 239/91, de autoria do Deputado João Arruda, que reconhece de Utilidade Pública a A.P.A.E. do município de Capanema. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 248/91, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que altera o art. 1° da Lei n° 9.241, de 09.05.90, que criou "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o município de Nova Santa Bárbara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 250/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declara de Utilidade Pública a Fundação Solidariedade, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 281/91, de autoria do Deputado João Preis, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Terra Boa - APAE, com sede e foro no município de Terra Boa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 180/91, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que dá nova redação ao "caput" do artigo 67 da Lei n° 8.993/89. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 53 de 23.05.91)

#### COMISSAO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 180/91

P A R E C E R :

O presente projeto de lei visa alterar o art. 67 da Lei n° 8933/89, para determinar que o infrator à legislação do ICMS que incorrer em reincidência, estará sujeito à multa, que por sua vez deverá ser atualizada monetariamente.

A iniciativa atende em sua íntegra aos ditames constitucionais e legais atinentes à matéria.

Nos termos do que preceitua o art. 155, I, b, compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

"b) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de Comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior".

Nesse sentido, sendo os Estado competentes para instituir o ICMS, o são também para dispor livremente sobre as penalidades decorrentes das infrações cometidas pelos sujeitos passivos da obrigação tributária, posto que dentro do "conceito constitucional" de instituir está abrangido tudo o que diz respeito à instituição e cobrança do tributo, inclusive as previsões decorrentes das infrações tributárias.

Efetivamente, nos termos do que dispõe o art. 3° do CTN, a penalidade, a sanção pelo ilícito, não está inclusa dentro do conceito legal de tributo, portanto, "multa" não é "tributo", assim, não há que se admitir, a presente medida como sendo um benefício fiscal dependente de convênio

dos Estados.

Posto isto somos de PARECER favorável à APROVAÇÃO do presente projeto de lei, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 28.05.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;  
HERMAS BRANDAO - Relator.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.C.J.

##### PROJETO DE LEI N° 180/91

Art. 1° - Fica alterado o art. 67 da Lei n° 8933/89, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 67 - A reincidência sujeita o infrator, a multa, estando esta sujeita a atualização monetária.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.91

(a) HERMAS BRANDAO.

Apoiamento: COLOMBINO GRASSANO, COSTENARO NETO e OVIDIO CONSTANTINO.

#### COMISSAO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N° 180/91

#### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ademar Luiz Traiano, tem por finalidade dar nova redação ao "caput" do artigo 67, da Lei n° 8933/89 (ICMS).

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça, a qual ofereceu emenda substitutiva geral.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.91

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente;  
NELSON GARCIA - Relator.

Em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente.

Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores queremos registrar nosso voto contrário ao presente projeto de lei porque até o momento temos a posição de que a alteração proposta pelo Deputado Traiano, acabará na verdade, por estimular sonegação de imposto do Estado do Paraná. É preciso lembrar que, o imposto sobre circulação de mercadorias, na verdade é um imposto pago, em última análise pelo consumidor

final, é um imposto indireto.

A retenção desse imposto o não recolhimento desse imposto por parte do empresário acaba, na verdade, se transformando em apropriação indébita, em apropriação de recursos públicos já pagos pelo contribuinte, e que não são repassados ao estado para que cumpram a sua função social. A regra que ora está sendo objeto desse projeto, estabelece que, nos casos de reincidência do não pagamento, e não recolhimento de impostos, aplicar-se-á sobre cada reincidência, um percentual de 20% a título de multas.

No nosso entendimento esta regra visa exatamente desestimular aqueles contumazes sonegadores de impostos.

Nós tivemos acesso a algumas informações, e podemos constatar que no Estado do Paraná, por exemplo, apenas uma empresa hoje está em débito junto à Fazenda Pública de mais de quatro bilhões de cruzeiros ou seja o débito de apenas uma empresa do Paraná é superior ao saldo que o governo hoje dispõe, arrecada mensalmente e que dispõe para investimentos no Estado do Paraná. É algo muito grave e nós temos que corrigir isso. É fundamental. O Governo do Estado tem funções e tem demandas cada vez mais crescentes no campo dos serviços públicos, essenciais e não é mais admissível que continuemos a ter tratamento privilegiado, não é mais possível que o Estado do Paraná e o povo suporte passivamente que os grandes sonegadores continuem agindo impunemente.

Ao estabelecer apenas a correção monetária acaba-se na verdade estimulando-se a sonegação porque grande parte das empresas poderão utilizar o dinheiro do imposto na verdade como capital de giro.

Então nós entendemos, não conhecemos o posicionamento da bancada do governo, mas em princípio por essa idéia estampada, entendemos que de fato esse projeto não deve ser aprovado.

É preciso lembrar aqui também, Senhor Presidente que recentemente foi aprovado, no bojo do projeto de isenção fiscal às microempresas do Paraná, foi aprovado um artigo que permitiu o pagamento exatamente desses débitos do ICMS de 36 para 60 meses ou seja, hoje já é possível no Estado do Paraná, até mesmo por denúncia espontânea os sonegadores pagarem o seu imposto em até 5 anos.

Entendemos que essa modificação, que se pretende na lei, ela acaba mais uma vez indo ao encontro dos interesses desses grupos que são contrários ao interesse do erário público e conseqüentemente contrário aos interesses do povo do Estado do Paraná.

Então nesse sentido nós queremos registrar a posição contrária e conclamamos

à liderança do governo que diga se efetivamente tem conhecimento e concordância sobre o teor dessa modificação.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. ADEMAR TROIANO - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O objetivo de nós propormos a alteração da lei do ICMS com relação as reincidências, visa na verdade buscar uma mudança na lei com objetivo de atendermos socialmente as empresas. Pequenas empresas que estão praticamente hoje alijadas do processo comercial, aqueles que são empresários sabem perfeitamente que o peso a sobrecarga de impostos que a União e o Estado cobra, realmente massacram qualquer empresário que tenha o objetivo, a intenção de prosseguir com a sua empresa, quer seja ela pequena, de pequeno ou de grande porte. E o que nós estamos propondo, na alteração da lei do ICMS não é beneficiarmos as grandes empresas, pelo contrário talvez o nobre Deputado Ernani tenha interpretado de forma diferente, nós não queremos passar a partir desta alteração a cobrar apenas a correção monetária, o que nós estamos propondo na verdade nesta alteração é de que a multa continue a ser cobrada a partir do não pagamento do imposto devido, mas de uma forma mais branda, de uma forma que realmente propicie a oportunidade ao empresário para sobreviver nos dias de hoje, porque da forma como ela vem sendo aplicada pela legislação atual ela não permite ao empregado poder desempenhar as suas funções realmente dentro daquilo que ele pretende. Eu tenho exemplos claros em minhas mãos e essa medida me foi solicitada por diversas associações comerciais do Estado do Paraná para que encaminhasse nesta Casa de Leis esta alteração, onde o imposto devido de um comerciante, e me reservo o direito de não citar neste momento o nome de sua empresa, um ICM devido de 268 mil cruzeiros, na reincidência de multa ele paga em torno de 193 mil cruzeiros, num prazo mínimo de apenas 60 dias praticamente dobra o valor do imposto devido e nos dias de hoje eu pergunto: qual a empresa que não vem enfrentando dificuldades de caixa para a sua sobrevivência? Nos dias de hoje as empresas vem enfrentando dificuldades terríveis em razão de um processo inflacionário até bem pouco tempo atrás embutido.

Portanto, eu considero ser esta uma medida extremamente social aos pequenos empresários de forma especial. O que nós propomos na verdade é de que não se mude o espírito da lei. Nós continuaremos penalizando o empresário com a multa. O não pagamento do ICM devido ele sofrerá a partir da do seu atraso a multa de 30% que está estabelecido em lei pela legislação atual,

mas que após isto se nova reincidência acontecer não se cobre mais o valor em dobro como diz a legislação atual e que também após outra reincidência não se cobre mais os 20% em cima do valor em dobro, como estabelece a legislação atual. O que nós queremos é que se penalize os empresários com os 30% e a partir daí passe cobrar apenas a correção monetária. É este o espírito da mudança do artigo 66 e 67 que trata das reincidências das multas que está exposto na Lei 8933.

Portanto, eu gostaria de convocar os Senhores Parlamentares, aqueles que conhecem de perto a realidade do empresariado do Estado do Paraná e por que não dizer de todo o Brasil, que realmente somem-se a este pleito. Contatos nós temos mantido antes de tomarmos a iniciativa, de fazermos esta alteração, conversamos com diversos Parlamentares, podemos frisar aqui de forma especial o Durval Amaral que trabalhou na Secretaria de Finanças, que conhece de perto esta realidade; com o Líder do Governo Pessuti, onde procuramos conciliar aquilo que nós propomos até os próprios interesses do Governo. Tenham a certeza de que esta mudança que propomos também é simpática ao Governo do Estado, porque tenham a certeza de que o Governo que prega medidas socializantes, que toma iniciativa de encaminhar para a Assembléia anistia fiscal para os pequenos empresários, com certeza, haverá de viabilizar também a continuidade da pequena empresa com medidas como esta que estamos propondo, porque eu posso afirmar aqui com muita firmeza de que a maioria dos pequenos empresários encontram-se em débito para com o Estado e não é de forma alguma interessante para o Estado ter nos dias de hoje débitos pendentes para receber. O importante é ter o dinheiro em caixa e não ter o dinheiro que não poderá vislumbrar a possibilidade para receber no futuro. Esta é a nossa intenção. Portanto eu gostaria de convocar os Senhores Parlamentares para que se somem a nossa iniciativa e que com certeza somando-se a esta nossa iniciativa nós estaremos atendendo uma lacuna importante para o desenvolvimento econômico do Estado que são os nossos empresários porque o Estado necessita mais do que nunca da força geradora do trabalho do empresário do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu quero registrar mais uma vez o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores porque o projeto

como colocado não faz distinção entre os pequenos e grandes devedores do Estado do Paraná. Por esta razão, o nosso voto é contrário por não diferenciar os grandes dos pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, apenas para um esclarecimento. Vossa Excelência colocou em votação o projeto, mas consta emenda substitutiva geral ao mesmo de autoria do Deputado Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Regimentalmente será apreciado em 2.<sup>a</sup> discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Mais apenas um esclarecimento. O projeto original traz algumas incorreções do ponto de vista datilográfico porque ele diz que é necessário alterar a Lei 8993, quando na realidade é a Lei 8933. A própria justificativa formulada pelo Deputado Ademar Traiano traz o número do projeto correto, mas na elaboração primeira consta essa incorreção que, ao invés de 8993, o certo é 8933.

O SR. ADEMAR TRAIANO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de esclarecer o nobre Líder do Governo de que realmente houve essa falha quando projeto foi datilografado, e o nobre Deputado Hermas Brandão, quando relatou, teve a oportunidade de fazer essa alteração. Apenas isso para esclarecer de que houve uma falha com relação ao número da lei, mas o correto é aquilo que Vossa Excelência acabou de colocar aos nobres Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esclarecido, Deputado Pessuti?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Muito bem esclarecido, Senhor Presidente:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n. 1854, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1870, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1877, de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Alceu Swarowski, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1855, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legisla-

tiva.

Requerimento de n. 1858, de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1875, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1869, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1866, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1865, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1864, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n.ºs 1861 a 1863, 1874 e 1880, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1857, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1856, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1852, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1873, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1876, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n.º 1872, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. - Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Requerimento verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Vai se



proceder à verificação de votação.

Os Sr. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Onze Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - A aprovação ou não independe da aprovação em plenário e não significa que esta Casa enviará esse requerimento subscrito pelos Deputados, para que as informações sejam prestadas?

É esse o esclarecimento que desejo ter de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento não foi aprovado.

Vai ser publicado no Diário da Assembléia.

O SR. ERNANI PUDELL - Apenas estranhando, porque o Governo que diz que todos os seus atos são transparentes, cobra do Quêrcia essa postura, agora parece querer impedir que esta Casa tome conhecimento sobre o relatório que culminou com a ação de violência contra os pequenos, contra os bóias-frias, contra os trabalhadores rurais.

Era isso, Sr. Presidente.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Pela Ordem.

Eu queria só salientar que o direito ao pedido de informação é registrado na Constituição Brasileira, em seu art. 5°.

Registrar também que a postura do Líder do PMDB foi a de dizer que tudo estava claro e transparente no despejo. Se tudo estava claro e transparente, por que é que a bancada governista impede o pedido de informações, de tramitar? Nós simplesmente queríamos deixar muito claro, quem foi que decidiu, quem foi que organizou e orientou o despejo daquelas famílias na Fazenda Guairacá.

O que se nota é justamente que o que o Governador gosta é da denúncia anônima, como vem sendo feita a respeito do Governador Orestes Quêrcia: ser dedo-duro, mas na hora de clarear as coisas, ele tem uma bancada adestrada, comprometida com o obscurantismo e com a falta de democracia nesta Casa e acredito que muitos dos srs. parlamentares nem sabem o que votaram. Simplesmente se ergueram em função do "Professor Raimundo" que orientara que se levantassem.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para

lamentar mais uma vez que a Bancada do PT queira ditar normas de comportamento à bancada do PMDB e aos seus aliados. Dizer que não foi apenas a Bancada do PMDB que votou pela não-aprovação do requerimento da bancada do PT. Se eles entendem e querem saber informações têm o direito de mandar ofício, mas a Bancada do PMDB, aliados e outros que votaram nesta tarde, entenderam não dar provimento a este pedido da bancada do PT.

Quanto ao comportamento da nossa bancada, deixem que nós decidimos sobre o mesmo. Cuidem do comportamento da Bancada de Vossas Excelências, e cuidem de acompanhar as orientações do seu Partido no Paraná, que tem aprovado sistematicamente o comportamento do Governador Roberto Requião, ao contrário da Bancada de Vossas Excelências aqui, que negam constantemente apoio ao Governador.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, apenas em desagravo às colocações do ilustre Líder Pessuti, entendemos que o fato de estarmos aqui exigindo que as informações cercaram a invasão da Fazenda Guairacá em Londrina, isto não significa, de forma alguma, que a nossa bancada não tenha postura correta, muito pelo contrário, é uma postura coerente em querer saber a verdade. Parece que essa coerência e essa deturpação na verdade já tenha sido prática sistemática por parte da Bancada do Governo, que insiste em vender a idéia de que os trabalhadores apóiam este Governo.

Agora, a máscara, Sr. Presidente, cai a cada dia que passa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Art. 55 da Constituição Estadual: "A Mesa da Assembléia Legislativa...". A Mesa agiu regimental e constitucionalmente.

Está rejeitado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 180/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 149, 156, 194, 196, 205, 231, 243, 244 e 251/91, e do Projeto de Resolução n° 22/91.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ÉLIO RUSCH, EM SESSÃO DO DIA 12 DE AGOSTO DE 1991.

#### OS POROES DA DITADURA

A abertura dos arquivos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, recentemente transferidos para o Departamento Estadual de Arquivo Público, não pode servir como motivo para que se lance dúvidas sobre a fidelidade à democracia de comunidades do nosso País, como ocorre neste momento com a população de Mal. Cândido Rondon.

Alguns jornais estão divulgando o relatório produzido pelo austríaco Erich Erdstein, um agente especial da DOPS, que segundo os arquivos da Delegacia, constatou que o famigerado médico nazista Josef Mengele teria se escondido na região de Cândido Rondon, por volta de 1968.

Este Erich, que surge dos porões da ditadura para jogar lama numa comunidade trabalhadora e honesta, ganha notoriedade porque acusou a existência de movimentos neo-nazistas numa região que no período da guerra (39/43), praticamente não existia. O autor do relatório, Erich Erdstein, lembra muito o ministro da Infra-Estrutura que discursando em Maringá, afirmou que o viaduto desejado pelo Prefeito Ricardo Barros estava sendo aguardado "há mais de 106 anos pelo povo desta região", quando Maringá foi fundada há 44 anos apenas.

Ora, se os historiadores querem encontrar as raízes do neo-nazismo em nosso País, não precisam recorrer aos arquivos da DOPS e sim buscar na Biblioteca Pública

Curitiba, segunda, em 12.08.91

os jornais do período anterior à guerra e mesmo no início das ações beligerantes, quando era possível notar em alguns setores do Sul do País e de Santa Catarina, uma forte tendência pró-nazismo. Estes movimentos de então foram motivo de forte repressão, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha e esta se estendeu por períodos bem mais amplos que os limites toleráveis por uma população acusada de participar de horrores de uma guerra que já havia terminado em 45, e da qual ela só teve conhecimento à distância. Os descendentes de alemães que vieram para o Oeste do Paraná nos anos 50, a maioria oriunda do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, ajudaram a construir esta grande região e aqui se empenharam no árduo trabalho de derrubada da mata e de construção de uma nova civilização que hoje é motivo de orgulho para o Oeste e que deveria orgulhar também os paranaenses de Curitiba.

Já basta o que se fez com o grande artista plástico Alfred Andersen, que vinha sendo acusado de ligação com o Partido Nazista e que morreu em 1935. Ele foi confundido com um homônimo, outro Andersen, alemão, nascido em Eckerforte, e que foi secretário de propaganda dos grupos neo-nazistas. Nada tinha a ver com o pintor que viveu no Paraná e que carregou para o túmulo acusações imerecidas. As mesmas que tentam armar neste momento contra o povo de Mal. Cândido Rondon, e que nós repudiamos, em nome da nossa região.

Afinal, a guerra contra a Alemanha, terminou em 1945, e depois dela já aconteceram tantos fatos novos que não permitem mais que fiquem levantando o tapete do passado como se as condenações das pessoas que descendem de alemães deveriam ser eternizadas."